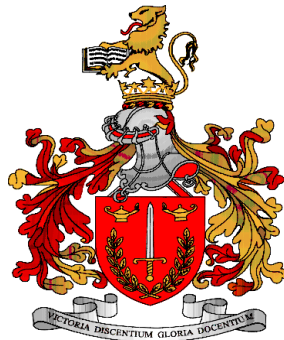


INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



Rafael Mendonça Fernandes Martins

Aspirante a Oficial de Polícia

Trabalho de Projecto do Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXIV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**Os movimentos sociais no protesto político:
War Resisters' International**

Orientador

Mestre Sérgio Felgueiras

Lisboa, 26 de Abril de 2012



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



Rafael Mendonça Fernandes Martins

Aspirante a Oficial de Polícia

Trabalho de Projecto do Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXIV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**Os movimentos sociais no protesto político:
War Resisters' International**

Orientador

Mestre Sérgio Felgueiras

Lisboa, 26 de Abril de 2012





Estabelecimento de Ensino: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Curso: XXIV CFOP

Orientador: Mestre Sérgio Felgueiras

Título: Os movimentos sociais no protesto político:
War Resisters' International

Autor: Rafael Mendonça Fernandes Martins

Local de Edição: Lisboa

Data de Edição: Abril de 2012

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pela educação que me deram, pelos valores que me transmitiram e pelo amor que sempre me dão,

À minha família e aos meus familiares que já partiram,

Aos meus amigos, em especial aos da Geração 88,

Às “gentes” de Proença-a-Nova, onde vivi, às “gentes” dos Galisteus, onde vivo, e às “gentes” dos Montes da Senhora, onde passei os mais felizes momentos da minha infância,

À Creche “O Cortiço”, à Escola Primária de Proença-a-Nova, à Escola Pedro da Fonseca de Proença-a-Nova, a todos os seus funcionários e professores pela educação e formação que me deram,

À Professora Solange,

À Companhia de Teatro de Montes da Senhora, ao Desportivo de Castelo Branco e à Associação Desportiva e Cultural de Proença-a-Nova,

Ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, a todos os seus Oficiais, Chefes, Agentes, Funcionários e Professores,

Ao 24º CFOP, pelas alegrias, pelas tristezas, pela camaradagem, mas também pelas zangas. Por tudo,

Ao Mestre Sérgio Felgueiras e à Prof. Doutora Lúcia Pais que, conjuntamente, orientaram este trabalho com total afinco e disponibilidade,

Aos camaradas José Rocha e Hugo Abreu pela entreaajuda que entre nós imperou na elaboração das nossas teses,

Obrigado por tudo!

RESUMO

Os movimentos sociais assumem, cada vez mais, um maior protagonismo nos Estados democráticos do Mundo Ocidental, constituindo-se como uma forma importante de participação social e política. Enquanto portadores de um protesto que visa influenciar e modificar as decisões políticas, os movimentos sociais agregam, no seu seio, várias pessoas com diferentes ideias, distintos objectivos e que entendem a acção colectiva de forma diferente. Além desta heterogeneidade de pessoas, os movimentos sociais caracterizam-se pela variedade do seu *modus operandi*, pelos diferentes recursos que empregam e pelos diferentes contextos em que surgem. Ao exercerem o protesto, os movimentos sociais levam a que a sua acção cruze com a actividade policial, obrigando a que a Polícia conheça estes fenómenos sociais e esteja preparada para lidar com eles. Neste trabalho apresenta-se uma reflexão teórica sobre os movimentos sociais e sobre a actuação policial que estes implicam. Utilizando uma abordagem qualitativa, faz-se, também, a caracterização do movimento transnacional social War Resisters' International.

Palavras-chave: movimentos sociais; protesto; Polícia; War Resisters' International.

ABSTRACT

The social movements assume increasingly a greater role in the democratic states of the Western World, establishing itself as an important form of social and political participation. While carrying a protest that aims to influence and change policy decisions, the social movements aggregate, at its core, several people with different ideas, different objectives, that understand collective action differently. Besides this heterogeneity of individuals, the social movements are characterized by the variety of its *modus operandi*, by employing different resources and different contexts in which they arise. In exercising the protest, the social movements lead to cross their action with the police activity, requiring that the police know these social phenomena and be prepared to deal with them. In this work we present a theoretical reflection on social movements and the police activity they entail. Using a qualitative approach, it is also characterized the transnational movement War Resisters' International.

Key-words: social movements; protest; Police; War Resisters' International.

Índice

Introdução	1
I - Enquadramento Teórico	4
1 – As teorias dos movimentos sociais	4
1.1 - Início do estudo do fenómeno dos movimentos sociais	4
1.2 - As ideias de Lorenz von Stein e Gustave le Bon	6
1.3 - Factores da mobilização colectiva	8
1.4 - A Teoria da Mobilização de Recursos	13
1.5 - A Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas	18
1.6 - A Teoria do Processo de Enquadramento Cultural	23
2 - A definição de Movimento Social	28
3 - A War Resisters' International	31
4 – A Polícia e os movimentos sociais	32
5 - Configuração do problema de investigação.....	35
II - Método	37
1 - Abordagem qualitativa.....	37
2 - <i>Corpus</i>	38
3 - Instrumento	38
4 - Procedimento.....	40
III - Apresentação, análise e discussão de resultados	43
Conclusão.....	58
Referências.....	63
ANEXOS	68

INTRODUÇÃO

Enquanto fenómeno social e fruto do seu crescente protagonismo nas democracias do Mundo Ocidental, os movimentos sociais têm vindo a despertar um cada vez maior interesse por parte da comunidade científica. Sabemos, hoje, que os movimentos sociais, enquanto promotores e portadores de protesto, reúnem diversas pessoas, com objectivos distintos, que participam na acção colectiva por diferentes razões, “os movimentos sociais consistem de forma semelhante em performances limitadas, contingentes, interactivas de actores múltiplos e mutáveis” (Giugni, McAdam, & Tilly, 1999, p. 256). Além da heterogeneidade da sua composição, os movimentos sociais caracterizam-se pelo seu repertório variado, recorrendo a variadas acções na materialização do seu protesto, por exemplo, Clark, Gárate e Sheehan (2010) referem as vigílias, as manifestações, as marchas, os bloqueios como formas de acção colectiva utilizadas pelos movimentos sociais. Apesar da importância do activismo local, o contexto internacional assume um protagonismo cada vez maior. Um dos pontos de maior interesse, que os movimentos sociais encerram, tem a ver com o facto de a sua acção privilegiar os grandes acontecimentos políticos internacionais, como são as cimeiras da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou como são as cimeiras do G8, que reúnem os oito países mais ricos do mundo. Como descreve D. Waddington (2007), alguns destes acontecimentos têm sido marcados pelos violentos confrontos entre os grupos manifestantes e a Polícia, tendo, como consequência, graves perturbações da ordem pública. “Os movimentos sociais modernos desenvolveram-se com a criação do Estado-nação, e o Estado-nação tem sido durante muitos anos o principal alvo do protesto”. (della Porta & Tarrow, 2005, p. 1). Foi, precisamente, o acompanhamento de uma cimeira da OTAN, que teve lugar em Lisboa em Novembro de 2010, que marcou o início do nosso estudo.

Conscientes da preponderância crescente destes movimentos de protesto e do ténue conhecimento das autoridades policiais, o objectivo fundamental deste trabalho é o de oferecer à Polícia um maior conhecimento sobre este tema, de forma a que esteja melhor preparada para lidar com este fenómeno social. Como assinala P. A. J. Waddington (in D. Waddington, 2007), a Polícia não necessita de aprender sobre a sua forma de actuar, antes, precisa de saber quem está do outro lado, como age e como se organiza.

Tendo em conta todo este contexto, o nosso trabalho apresenta uma reflexão sobre os movimentos sociais e sobre as principais teorias dedicadas ao seu estudo, procurando, também, pensar sobre a actuação policial perante estes fenómenos sociais. Através da utilização de vários documentos submetidos a análise e apoiados nas principais teorias apresentadas no enquadramento teórico, descrevemos o movimento transnacional War Resisters' International (WRI), nomeadamente como se organiza na acção colectiva, qual o repertório que utiliza, como prepara a sua acção de protesto, quais as características dos seus elementos e como é feito o seu recrutamento, qual a sua ideologia e causas de acção.

A estrutura do nosso trabalho está dividida em quatro partes. A primeira parte do trabalho consiste no seu enquadramento teórico, onde apresentamos as principais teorias sobre os movimentos sociais. Na sua fase inicial apresentamos as primeiras ideias relacionadas com esta temática, que, na sua generalidade, procuraram as razões que levam ao aparecimento dos movimentos sociais. No seu seguimento, apresentamos a Teoria da Mobilização de Recursos, que aborda os movimentos sociais pela sua organização e estrutura, a Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas, que se debruça sobre a relação dos movimentos sociais com o meio envolvente, pois “os movimentos surgem como resultado de novas ou alargadas oportunidades” (della Porta, 1996, p. 61) e a Teoria do Processo de Enquadramento Cultural, que reflecte sobre o contexto inerente ao aparecimento dos movimentos sociais, pois como aponta Zald (1996, p. 266) “os movimentos sociais surgem num contexto social mais amplo”, e sobre a criação (processamento) de identidade gerada no seu seio. Em nossa opinião estas três teorias são as mais importantes no estudo dos movimentos sociais. No enquadramento teórico apresentamos, também, uma reflexão sobre o conceito de movimento social e abordamos, de forma sucinta, a WRI. Analisamos, ainda, aquilo que deve ser a Polícia e a sua conduta em relação ao protesto veiculado pelos movimentos sociais. A primeira parte do nosso estudo termina com a apresentação do problema de investigação, onde conceptualizamos as questões da investigação e os objectivos gerais deste estudo, tendo em conta a matéria exposta no enquadramento teórico.

Por sua vez, a segunda fase é dedicada à exposição do método utilizado. Aqui, explicamos em que consiste a abordagem qualitativa e o porquê da sua escolha para efectuar o nosso estudo exploratório. Apresentamos o *corpus*, isto é, os documentos sujeitos a análise e apresentamos o instrumento utilizado para proceder a essa análise, que, no nosso caso, consistiu na concepção de uma grelha de análise de conteúdo temática (vd. Anexo 1). Ainda nesta fase, explicamos todo o procedimento que este estudo envolveu.

Os resultados obtidos são apresentados, analisados e discutidos na terceira parte, procurando-se descrever a WRI a partir da grelha de análise construída (vd. Anexo 1) e da informação proveniente do nosso *corpus*.

Finalmente, com base nos resultados apurados, são explanadas as conclusões sobre as teorias dos movimentos sociais. A partir destas teorias descrevemos a WRI, ligando as suas características com a acção policial.

I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1 – As teorias dos movimentos sociais

1.1 - Início do estudo do fenómeno dos movimentos sociais

A primeira grande questão que o estudo dos movimentos sociais nos poderá despertar é a de conhecer a sua origem, onde foram criados os primeiros movimentos, com que propósito e em que condições surgiram.

Atentos à abordagem sociológica, poderíamos definir von Stein (in Chazel, 1993) como o pioneiro do estudo desta temática. Porém, numa perspectiva histórica, Tilly e Wood (2008) apontam o final do século XVIII e início do século XIX como a época histórica em que surgiram estes movimentos. Na perspectiva destes autores, eles foram “desenvolvidos no Oeste depois de 1750” (Tilly & Wood, 2008, p. 3), “algures entre 1791 (boicote do açúcar) e 1806 (segunda grande *petition drive*)” (Tilly & Wood, 2008, p. 33), constituindo-se, assim, os primeiros movimentos sociais. No mesmo sentido caminham Scott e Marshall (2005), afirmando que o termo movimentos sociais foi utilizado, inicialmente, em França, no século XVIII. “O termo foi utilizado a primeira vez por Saint-Simon, em França, na entrada do século XVIII, para caracterizar os movimentos de protesto social que ali surgiram e mais tarde em toda a parte, e foi aplicado às novas forças políticas opostas ao *status quo*” (Scott & Marshall, 2005, p. 612).

Scott e Marshall (2005) e Tilly e Wood (2008) convergem na época que apresentam para o surgimento dos movimentos sociais. Quanto ao local, a convergência já não é exacta, enquanto, como vimos, Scott e Marshall (2005) apontam França como o local onde os movimentos sociais surgiram e onde o termo foi utilizado pela primeira vez, Tilly e Wood (2008, p. 25) indicam que “o movimento social surgiu em Inglaterra e nos Estados Unidos da América contra o *background* de profundas mudanças políticas e económicas”. Embora os locais apontados difiram, o “Mundo Ocidental”, que designamos como a área das democracias desenvolvidas do Oeste da Europa e da América do Norte, marcará, ao longo da história, até aos nossos dias, os principais locais de estudo deste fenómeno, dando origem a duas correntes de pensamento: a europeia, ligada aos conflitos de classe e a norte-americana, integradora destes fenómenos no comportamento colectivo.

O protesto, designado por “acção não-convencional na qual canais de influência são abertos através de actividades de vários actores colectivos” (della Porta, 2002, p. 192), e a luta por melhores condições económicas, sociais e políticas estão na génese destes movimentos. Tilly e Wood (2008) apresentam o exemplo de John Wilkes e o apoio que os movimentos sociais deram para a sua entrada no Parlamento. “Embora ninguém tivesse utilizado o termo «Movimentos Sociais», a associação levou a algumas fundações para o movimento social como uma nova forma de política pública na Grã-Bretanha” (Tilly & Wood, 2008, p. 19) como exemplo de acção não-convencional, que, em si, carregava um protesto. Paralelamente, apresentam o processo de independência dos Estados Unidos da América, cujas lutas foram, muitas vezes, asseguradas pelos seus movimentos, “como em 1768, oponentes à lei arbitrária em Londres, Boston e Charleston ainda não tinham inventado os movimentos sociais. Apesar disso, as suas inovações levaram a política pública popular em direcção às formas de movimento social” (Tilly & Wood, 2008, p. 24).

Os movimentos sociais encontraram, no Oeste da Europa e na América do Norte, nomeadamente nos Estados Unidos da América, o local perfeito para se desenvolverem. Embora a Independência Americana, em 1787, e a Revolução Francesa, em 1789, não tivessem alcançado o lema da “*Liberté, Fraternité, Egalité*” na sua plenitude, o facto é que os seus Estados vieram a transformar-se em democracias respeitadoras dos direitos e liberdades individuais, permitindo, entre muitos outros, o direito de associação e protesto. Enquanto na Europa se tornou necessário combater uma visão simplificadora e reducionista dos movimentos sociais, onde eram tidos como “um sub-produto, dos *conflitos de classe*” (Chazel, 1993, p. 259), nos Estados Unidos da América o perigo concentrava-se “em deixar que a sua especificidade se perdesse na perspectiva englobante do comportamento colectivo, conquanto esta tenha dado origem a uma tradição de estudo dos movimentos sociais” (Chazel, 1993, p. 259).

Tomando como referência as linhas escritas, consideramos existirem algumas ideias fundamentais a registar. Em primeiro lugar que os movimentos sociais surgiram entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Apesar de o local para o surgimento do fenómeno variar entre França, Inglaterra e Estados Unidos da América, é nossa opinião que as condições sociopolíticas, semelhantes nos três países, estão directamente relacionadas com o seu surgimento. O protesto e a acção não-convencional constituem, para nós, as duas principais características dos primeiros movimentos sociais. Porém, tornou-se necessário indagar sobre as razões que levaram ao nascimento dos movimentos sociais, quais as condições que levaram à acção colectiva.

1.2 - As ideias de Lorenz von Stein e Gustave le Bon

Segundo Chazel (1993, p. 267), von Stein marcou o início do estudo dos movimentos sociais, tendo as suas ideias proliferado na Alemanha, “Lorenz von Stein forja e impõe uma maneira de conceber o movimento social que permanecerá dominante na Alemanha até ao princípio do século XX”.

Para von Stein (in Tilly & Wood, 2008), o movimento social era sinónimo do movimento proletário e da luta de classes, que no século XIX tinha ganho bastante ímpeto. “Num livro intitulado *History of the French Social Movement from 1789 to the Present* (1850), o sociólogo alemão Lorenz von Stein introduz o termo Movimento Social nas discussões teóricas da luta política popular (von Stein 1959). Primeiramente transportou a ideia de um movimento contínuo, unitário, pelo qual toda a classe trabalhadora ganhou auto-consciência e poder” (Tilly & Wood, 2008, p. 5 e 6). Esta ideia entronca no “assalto dos trabalhadores organizados, que acabarão por se assenhorar, numa sociedade colectivista, de todos os meios de produção instaurando a ditadura do proletariado” (Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, 1967, pp.1178-1186) que Karl Marx e Friedrich Engels (in Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, 1967) preconizaram e que, segundo eles, haveria de revolucionar a sociedade. Em nossa opinião, ambas as ideias se referem ao mesmo fenómeno social.

Esta associação feita entre movimento social e movimento proletário levou à concepção de movimento social numa forma singular, que Chazel (1993, p. 269) apelida de “unitária”. Na concepção de von Stein (in Chazel, 1993), o movimento é conduzido por uma classe, na sua procura por melhores condições de vida, sendo “social num duplo sentido: por um lado, é conduzido por toda uma classe, a classe trabalhadora, na sua luta contra o capital; por outro lado, a sua verdadeira aposta não é de ordem política mas social” (Chazel, 1993, p. 269). von Stein (in Chazel, 1993) referia-se ao movimento social que alteraria a composição da sociedade, abolindo as várias classes existentes e transformando-a numa única classe.

A esta perspectiva histórica de von Stein (in Chazel, 1993), opôs-se a perspectiva divulgada por Gustave Le Bon (1896), assente na psicologia colectiva. Esta visão enraizou-se em França, nos finais do século XIX, sendo conhecida como psicologia das multidões.

Uma das grandes ideias apresentadas por Le Bon (1896) consiste na diluição da individualidade na multidão, onde perderia a consciência dos seus actos e se deixava guiar

pela multidão. “Os sentimentos e ideias de todas as pessoas que se juntam tomam uma e a mesma direcção, e a sua consciência pessoal desaparece” (Le Bon, 1896, p. 13). Enquanto von Stein (in Chazel, 1993) tomava a multidão como o meio de mudar a sociedade e de a tornar mais justa, Le Bon (1896) observou como possuidora de um carácter destruidor e desestabilizador da sociedade, pois as pessoas, juntas, deixar-se-iam alimentar pela irracionalidade, dando lugar aos seus instintos. “Quem quer que sejam os indivíduos que a comportam, seja ou não o seu modo de vida, as suas ocupações, o seu carácter, ou a sua inteligência, o facto de se terem transformado numa multidão coloca-os na posse de um certo tipo de mente colectiva que fá-los sentir, pensar e agir de uma forma bastante diferente daquela que cada indivíduo sentiria, pensaria e agiria, estando num estado de isolamento” (Le Bon, 1896, p. 15). Nesta perda de individualidade e nesta ascensão, sobre os homens, das suas paixões e irracionalidade, o autor francês viu as condições ideais para a ascensão de um líder da multidão, entendido como o salvador. Ao líder bastaria saber manietar as multidões para as utilizar em benefício dos seus intentos. “No caso das multidões humanas, o chefe, muitas vezes, não passa de um cabecilha ou agitador” (Le Bon, 1896, p. 68). Le Bon (1896, p. 68) recorreu à analogia do pastor para retratar esta situação: “tal como um certo número de seres vivos juntos, sejam eles animais ou homens, eles colocam-se imediatamente sob a autoridade de um chefe”. Nesta concepção, a multidão é “um índice, para não dizer o principal sintoma, de uma patologia grave do corpo social” (Chazel, 1993, p. 270).

A crença, sublinhada por Le Bon (1896), funcionaria como o sentimento comum à multidão, que a faria convergir nas suas acções de protesto. “Os homens de ardentes convicções que espicaçaram a alma das multidões, o Peter dos Hermitas, os Luteranos, os Savonarolas, os homens da Revolução Francesa, apenas exerceram o seu fascínio depois de eles mesmo se terem fascinado por uma crença” (Le Bon, 1896, p. 69 e 70).

A rejeição das democracias e da sociedade industrial marcam, ainda, a obra deste autor. Para Le Bon (1896), a sociedade industrial retiraria ao homem a faculdade de pensar por si e faria com que se acomodasse à condição de “máquina” que serve, meramente, para trabalhar. Os homens juntar-se-iam nas fábricas e, atingidos pela inércia, estariam na posição ideal para serem tomados pelo líder. O sistema parlamentar era interpretado por si como “a expressão, psicologicamente errada, mas admitida pela generalidade, que uma grande junção de homens é muito mais capaz que um pequeno número de chegar a uma decisão sensata e independente sobre um determinado assunto” (Le Bon, 1896, p. 107).

A teoria de von Stein (in Chazel, 1993) e a ideia do movimento social parece-nos, hoje, claramente ultrapassada. O colapso do comunismo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o conseqüente fim da Guerra Fria terminaram com a guerra ideológica entre os países comunistas do Leste europeu e as democracias parlamentares do Ocidente, confirmando o fim da utopia da abolição do Estado e da existência de uma sociedade sem classes. Tal como a ideia do movimento social, também os pilares da obra de Le Bon (1896) estão ultrapassados. A ideia da individualidade e da consciência se diluírem na multidão, de a multidão ser destruidora e ser propícia ao aparecimento de um salvador parecem-nos falaciosas, sendo, antes, um fenómeno caracterizado pela heterogeneidade da sua composição. O caminho seguido no estudo dos movimentos sociais, nomeadamente o estudo dos factores sociológicos e a Teoria da Mobilização de Recursos, provarão a fragilidade das ideias que sustentaram o pensamento de Le Bon (1896), mostrando que há causas de participação e que esta é pensada.

1.3 - Factores da mobilização colectiva

O estudo dos movimentos sociais, entre a década de 1940 e a década de 1960, procurou indagar quais as razões macrossociológicas que levavam ao surgimento do descontentamento e da conseqüente manifestação pública. As condições macrossociológicas correspondem às condições de vida, às condições sociais, económicas e políticas da população, e, quando estas não correspondem às expectativas dos cidadãos, estes, descontentes, manifestam-se publicamente. Há “transformações das condições macrossociológicas (de ordem económica, social e política) mais propícias, se não à emergência de um movimento social enquanto tal, pelo menos a expressões públicas de descontentamento e ao início de um debate em torno dos problemas que se considera estarem na origem do mal-estar” (Chazel, 1993, p. 266). Esta foi a ideia que fixou os sociólogos e foi na tentativa de identificar essas condições que os seus primeiros estudos se debruçaram.

Apesar dos estudos se debruçarem sobre o contexto que favoreceria o aparecimento da mobilização colectiva, não se pode falar de um paradigma comum aos autores desta época, antes a existência de um “quadro de referência dominante” (Chazel, 1993, p. 272). Importa, ainda, relevar que nesta fase do estudo da mobilização colectiva, os movimentos sociais não constituíam um objecto de estudo autónomo. Eram abordados enquanto parte

do comportamento colectivo: “os movimentos sociais raramente são abordados como objecto principal, mas antes como um caso específico” (Chazel, 1993, p. 272).

Park (in Chazel, 1993) defendeu, na sua obra, que a sociedade passa por várias fases, consistindo a primeira dessas fases no *social unrest*, isto é, na desordem ou agitação social, de onde passam para “movimentos de massa” até à mudança das instituições e da sociedade. Atribui, assim, “uma dimensão criadora” (Chazel, 1993, p. 273) aos movimentos de protesto despoletados pela existência de uma crise. Para este autor, o contexto de onde surgem os movimentos sociais é a inquietação da população. Tal como Le Bon (1896), que rejeitava o progresso, também Park (in Bessa, 2003, p. 262) associa “as transformações sociais – tais como o processo de urbanização e o dualismo «urbano-rural», a formação da cultura urbana e o impacto das transformações tecnológicas – “ ao aparecimento dos movimentos sociais.

Blumer (in Chazel, 1993) insistiu na ideia do carácter construtor dos movimentos gerados por uma situação de crise, propondo, tal como Park (in Bessa, 2003, p. 274) fez, “um modo de análise centrado sobre os processos sociais, privilegiando a sua fluidez e atento às ligações existentes entre movimentos sociais e as grandes tendências culturais”, parece-nos que Blumer (in Chazel, 1993) pretende ressaltar a volatilidade e adaptabilidade dos movimentos sociais ao contexto em que se inserem, tomando-os como produto do seu contexto. Ambos os autores enfatizam a importância das condições sociais para o aparecimento da acção colectiva e dos movimentos de protesto.

Porém, Blumer (in Chazel, 1993) adoptou a ideia que Le Bon (1896) preconizara, defendendo que a multidão se deixa tomar pela irracionalidade, actuando sobre paixões incontroláveis. Ao invés de Le Bon (1896), que adoptara a expressão “contágio” para descrever a propagação da irracionalidade, Blumer (in Chazel, 1993, p. 274) adoptou a expressão “reacção circular” para descrever o mesmo fenómeno. Apesar da alteração subtil do nome dado ao fenómeno, a verdade é que Blumer (in Chazel, 1993) herda o reducionismo com que Le Bon (1896) encarara a multidão, fazendo com que, em nossa opinião, a sua teoria fique fragilizada. No que concerne à origem dos movimentos sociais, Blumer (in Chazel, 1993, p. 274) defendeu a existência de uma história natural dos movimentos sociais, onde estes se desenvolviam por etapas, “desde a agitação social (estádio 1) à institucionalização (estádio 4), passando pela exaltação popular (Estádio 2) e pela formalização (estádio 3)”. Parece-nos haver, aqui, uma aproximação ao pensamento de Park (in Chazel, 1993), pois ambos os autores associam uma situação de crise ao nascimento dos movimentos sociais.

À reflexão sobre a existência de um conjunto de condições que despertam a acção colectiva, juntou-se a reflexão sobre a formação do sentimento de injustiça no seio da população, numa convergência de ideias que levaria à acção colectiva. Miller e Dollard (in Chazel, 1993) defenderam a ideia da existência de uma aprendizagem social e de uma reacção face a uma frustração sentida pela população, referindo a existência de uma “convergência, isto é, da comunidade de experiências vividas pelos membros de certas categorias sociais (...), que teria como efeito prepará-los, de algum modo, para acções colectivas de tipo agressivo” (Chazel, 1993, p. 275). Na mesma linha de pensamento, Gurr (in Chazel, 1993) defende, também, a existência de uma frustração relativa, isto é, percebida individualmente, que leva à acção colectiva. Essa frustração adviria do desfasamento existente entre as expectativas de atingir um determinado objectivo e a capacidade para o conseguir alcançar.

Merton (in Bessa, 2003, p. 269), tal como Gurr (in Chazel, 1993), defendia que “a formação de movimentos sociais deve-se ao facto de certos sectores da sociedade se sentirem privados de determinados privilégios, direitos e vantagens, comparativamente com outros grupos ou sectores sociais que os usufruem”. Porém, a simples existência de uma frustração sentida pela população não é suficiente para avançar a acção colectiva. Os fundamentos da privação relativa “não trazem nenhum esclarecimento sobre a transição do descontentamento induzido pela frustração à mobilização e à acção colectiva, ou seja, sobre os próprios processos de formação de um movimento social” (Chazel, 1993, p. 276).

Procurando a ultrapassagem deste reducionismo, na forma de abordar as multidões e a acção colectiva, por parte da ideia da convergência, Turner e Killian (in Chazel, 1993, p. 278) rompem com a ideia avançada da homogeneidade da multidão, apresentada por Le Bon (1896), defendendo que o comportamento colectivo é regido por normas, “que representam para os seus membros pontos de referência de comportamento e uma fonte de identificação”. A estrutura dos movimentos assentaria “em relações variáveis entre um grupo de poder, no qual o leader *carismático* nem sempre se impõe face ao leader *administrativo*, ou face ao intelectual que forja as justificações ideológicas, e as categorias de adeptos” (Chazel, 1993, p. 278). Para estes autores existiriam dois tipos de estratégia para o desenvolvimento de um movimento social, havendo uma estratégia de controlo, adoptada pelos movimentos com aspirações de poder, e uma estratégia de transformação pessoal, adoptada pelos movimentos focados na mudança de valores. Turner e Killian (in Chazel, 1993) alteram o ângulo de estudo dos movimentos sociais, apontando para a sua organização e para o seu interior. Esta forma de abordagem dos movimentos sociais,

voltada para a sua estrutura interna, seria, mais tarde, a adoptada pela Teoria da Mobilização de Recursos.

Por sua vez, Neil Smelser (1962), consciente do reducionismo com que os movimentos sociais eram encarados, “constitui uma tentativa de transcender a ingenuidade das perspectivas psicológicas e sociológicas tradicionais, destacando o significado do contexto da violência da multidão, assim como do incidente ou factor precipitante responsável pelo seu desencadear. É por isso irónico que a teoria ainda recorra extensivamente aos princípios da *mob sociology* e ao reducionismo psicológico clássico.” (D. Waddington, 2007, p. 40). Smelser (1962) tentou demonstrar a natureza sociológica do comportamento, em detrimento do “atomismo psicologizante” (Chazel, 1993, p. 278) inerente à obra de autores como Le Bon (1896) ou Blumer (in Chazel, 1993).

Smelser (1962) procurou, também, criar um modelo que pudesse explicar o aparecimento das acções colectivas. Este modelo é composto por cinco componentes da acção social, a que se associa um contra-determinante, que é a resposta do Estado a essa acção. O primeiro dos determinantes consiste na existência de condições estruturais favoráveis, isto é, condições que permitem às populações enveredar por um determinado comportamento colectivo. Pensamos que esta ideia refere-se à existência de tensões estruturais, que geram o descontentamento das populações face às condições macrosociológicas existentes, segundo componente da acção colectiva. Embora Smelser (1962) tenha tido a preocupação de elaborar um modelo mais complexo, não esquece, como constatamos, a importância das condições macrosociológicas para o despertar da acção colectiva. A terceira componente da acção social é a emergência e difusão de uma crença generalizada, em que surgem soluções que são apontadas como certas para resolver um determinado problema e onde há a “tendência para erradamente criar bodes expiatórios” (D. Waddington, 2007, p. 40). O quarto factor de acção colectiva é a existência de um factor precipitante, um incidente que ocorra, por exemplo, por uso excessivo da força por parte das autoridades policiais. Por último, a mobilização para a acção. Para ter sucesso há que “mobilizar recursos e conquistar apoiantes, membros e activistas, bem como o apoio de várias organizações que podem dar cobertura institucional, financiar ou colaborar nas actividades do movimento.” (Bessa, 2003, p. 264). O contra-determinante deste modelo ensaiado por Smelser (1962) consiste na resposta dada pelo Estado perante a acção colectiva, que poderá caracterizar-se pela repressão ou pela tolerância. Este autor defendeu “a descontinuidade entre comportamento institucionalizado e comportamento colectivo, o peso decisivo das crenças generalizadas, a insistência no

carácter inadaptado, e por vezes até irresponsável, do comportamento colectivo” (Chazel, 1992, p. 280).

O último dos teóricos que abordamos nos factores da mobilização colectiva é William Kornhauser (in Chazel, 1993), autor germânico, marcado pela ascensão do Nazismo hitleriano na Alemanha, que se centrou na “sociedade de massas”, definida como “sociedade pluralista degradada que corre o risco de degenerar numa sociedade totalitária” (in Chazel, 1993, p. 281). Na sua obra *The Politics of Mass Society* (Kornhauser, 1959), retrata a “sociedade de massas”, atomizada, onde os indivíduos viviam socialmente isolados, em que a fraca estrutura intermédia, fruto deste isolamento, seria o cenário idílico para o aparecimento de soluções extremistas. À semelhança de Le Bon (1896), Kornhauser (in Chazel, 1993) demonstra uma profunda rejeição pelo progresso e pela industrialização, que seriam a razão de as pessoas encararem a vida social de forma anémica. Esta ideia de uma estrutura intermédia fraca contribuir para o aparecimento de movimentos extremistas foi criticada, pois “uma forte estrutura média não tem como efeito, necessariamente, imunizar a sociedade contra movimentos extremistas” (Chazel, 1993, p. 283). Além desta crítica, foi apontada, ainda, a falta de um “lugar para a política no sistema interpretativo de Kornhauser” (Chazel, 1993, p. 283).

A reflexão sobre os factores da acção colectiva, permite-nos olhar “a corrente do comportamento colectivo como um foco que irradiou em múltiplas direcções” (Chazel, 1993, p. 273). Enquanto Park (in Chazel, 1993) considerou que a sociedade passa por várias fases, em que a primeira é o *social unrest*, Blumer (in Chazel, 1993) defendeu a existência de uma história natural dos movimentos sociais. Num outro prisma, Miller e Dollard (in Chazel, 1993), Gurr (in Chazel, 1993) e Merton (in Chazel, 1993) tomaram o comportamento colectivo como uma reacção a uma frustração. Turner e Killian (in Chazel, 1993), por sua vez, ensaiaram uma aproximação aos movimentos sociais propriamente ditos, abordando as relações entre os diferentes líderes e a existência de normas que regulam o comportamento colectivo. Smelser (1962) procurou elaborar um modelo mais complexo, que abordaria os diferentes factores da mobilização colectiva. Por fim, Kornhauser (in Chazel, 1993) procurou sintetizar as razões que levariam ao surgimento de soluções extremistas. Apesar desta heterogeneidade de pensamento, parece-nos que há uma ideia comum a estes autores: a acção colectiva nasce de condições macrosociológicas adversas às populações e que as fazem sentir-se injustiçadas.

Segundo Chazel (1993), o privilégio indevido dado ao nível microsociológico e o foco excessivamente centrado na emergência dos movimentos sociais são críticas

apontadas à teoria do comportamento colectivo. Sobre esta crítica surgirá a Teoria da Mobilização de Recursos, que debruçar-se-á sobre o funcionamento dos movimentos sociais e que procurará reflectir sobre a importância da organização de um movimento social, partindo do pressuposto que o simples descontentamento social não é suficiente para gerar acção colectiva.

1.4 - A Teoria da Mobilização de Recursos

A Teoria da Mobilização de Recursos, que teve o seu início no final dos anos 1960, início dos anos 1970, começou por marcar a diferença face ao Comportamento Colectivo pela autonomia que conferiu aos movimentos sociais, enquanto objecto de estudo, abordando-os “directamente em termos de movimentos sociais e já não a partir do quadro englobante do comportamento colectivo” (Chazel, 1993, p. 285).

Enquanto a preocupação de teóricos como Smelser (1962) ou Kornhauser (in Chazel, 1993), autores pertencentes ao Comportamento Colectivo, se debruçou, essencialmente, em identificar as condições que levam à acção colectiva, a Teoria da Mobilização de Recursos concentra-se no interior dos movimentos sociais, partindo do pressuposto que, para ter sucesso, o movimento necessita de “uma forma mínima de organização” (McCarthy & Zald, 1977, p. 152). McCarthy e Zald (1977) assumem que as convicções das pessoas, as injustiças que percebem e as suas crenças são pré-condições importantes para o aparecimento de um movimento social no seio de uma colectividade, mas, ao contrário da abordagem do Comportamento Colectivo, colocam esse factor em segundo plano, conferindo primazia à organização do movimento social. A questão da organização de um movimento é particularmente estudada por McCarthy e Zald (1977), que se preocupam em definir o papel de cada tipo de participante do movimento social, estabelecendo uma hierarquia no seu seio e avançando para a ideia da profissionalização e especialização da acção colectiva. Além da importância conferida à organização do movimento social, a racionalidade da participação colectiva é outra das características importantes desta teoria. Tal como Mancur Olson (2002), também McCarthy e Zald (1977) assumem a ideia de que a participação na acção colectiva é reflectida, tendo em conta os custos e benefícios que poderá trazer.

Saber o que leva as pessoas a aderirem a um movimento social, como se iniciam no movimento social, foi outra questão que prendeu a atenção dos teóricos da Teoria da Mobilização de Recursos, nomeadamente autores como Oberschall (in Bessa, 2003) e

McCarthy (1996). A família, as redes de amizade, a comunidade são estruturas informais bastante importantes para a mobilização das pessoas em torno de uma causa, sendo “sobre estas estruturas mais básicas do dia-a-dia que muitos dissidentes locais são construídos” (McCarthy, 1996, p. 142). Esta importância reside, sobretudo, na proximidade que existe no seio destas estruturas, onde a confiança entre as pessoas é mútua e os problemas sentidos são semelhantes. Como sintetiza Bessa (2003, p. 276) é na comunidade “que são promovidos e experimentados sentimentos de lealdade e identidade de grupo”.

Olson (2002) demarca-se das ideias postuladas pelo Comportamento Colectivo e assume a convicção de que a opção pela participação colectiva é racional e calculada. Esse cálculo medir-se-ia em custos e benefícios, isto é, as pessoas, antes de assumirem a participação, calculariam aquilo que poderia advir da sua participação, se seriam beneficiadas ou se seriam prejudicadas. A existência de pessoas que sem participar na acção colectiva são beneficiadas por ela demonstra, para Olson (2002), a existência de cálculo sobre participação. A preponderância dos “incentivos selectivos” constitui outra das noções fundamentais deste autor. Os “incentivos selectivos”, que se traduziriam em reconhecimento, poder, bens materiais, influência, seriam o fenómeno que desencadearia a participação das pessoas. Porém, “o livro de Olson constituiu antes de mais um desafio” (Chazel, 1993, p. 286), ao qual John McCarthy e Mayer Zald deram resposta, no seu artigo *Resource mobilization and social movements: A partial theory*, de 1977.

Para McCarthy e Zald (1977), os recursos disponíveis para o movimento social, a sua ligação com outros grupos e a existência de apoios externos, a tática adoptada pelos movimentos e pelas próprias autoridades para lidar com este fenómeno, constituem os pontos fundamentais para o estudo dos movimentos sociais. Partindo da ideia de que a revolta sentida pelas populações é fundamental para desencadear a acção colectiva, McCarthy e Zald (1977) defendem que a organização e variedade de recursos são fulcrais, assumindo a sua importância para a acção colectiva e sublinhando a necessidade de estarem voltados para os objectivos colectivos. Além da necessidade de organização dos recursos, as ligações do movimento social a outros grupos e a existência de apoios externos são também fundamentais, havendo a necessidade de envolver “indivíduos e organizações fora da colectividade” (McCarthy & Zald, 1977, p. 152), para que o protesto veiculado ganhe mais força e impacto. McCarthy e Zald (1977) sublinham que a sociedade é a infra-estrutura que os movimentos sociais utilizam, daí a importância que o contexto tem para a mobilização de recursos, seja o contexto cultural, o contexto político, ou o contexto social, havendo factores “que facilitam ou limitam a construção de uma estrutura específica do

movimento, a mobilização de recursos, e a eventual exposição das actividades de protesto” (Rucht, 1996, p.188). As táticas adoptadas, que “são influenciadas pela competição e cooperação inter-organizacionais” (McCarthy & Zald, 1977, p. 152), poderão conhecer várias formas, dependendo, também, da oposição que encontrem nas autoridades. A estratégia depende, ainda, dos líderes e das suas escolhas. Tal como referem McCarthy e Zald (1977), usar violência ou persuasão para influenciarem o comportamento das autoridades, depende da história das relações entre movimentos e autoridades, da ideologia do próprio movimento e da “oligarquização e institucionalização da vida organizacional” (McCarthy & Zald, 1977, p. 152). McCarthy e Zald (1977) recuperam a ideia de Olson (2002) da existência de uma participação na acção colectiva que é calculada e que é medida em torno dos custos e benefícios que daí advêm. Os autores sublinham a “importância dos custos e recompensas na explicação do envolvimento individual e organizacional na actividade do movimento social” (McCarthy & Zald, 1977, p.152).

A grande preocupação com a organização dos movimentos sociais levou McCarthy e Zald (1977) a definirem um vasto conjunto de elementos, em que os movimentos estariam divididos. Esta divisão, elaborada por estes autores, utiliza um campo lexical próprio da economia, marcando-se como uma característica particular da sua obra. Assim, a Organização do Movimento Social (OMS) é definida como “organização complexa, ou formal, que identifica os seus objectivos com as preferências de um movimento social ou contra-movimento e tenta implementar esses objectivos. (...) Estas Organizações do Movimento Social (OMS) representam e formam o conjunto de preferências e diversas sub-preferências do movimento social” (McCarthy & Zald, 1977, p. 153). Podemos afirmar que funcionam como cérebro do corpo do movimento social, sendo estas Organizações “uma construção de blocos fundamental para a mobilização de estruturas de um movimento social” (Kriesi, 1996, p. 152), definindo as suas linhas de orientação, as suas formas de protesto e os seus alvos. As Organizações dos Movimentos Sociais que, como observámos, tornam-se o órgão central de um movimento social, podem tomar várias formas de organização interna.

Kriesi (1996) aponta quatro fases do desenvolvimento da organização interna: a formalização, onde se estabelecem critérios de pertença e se elaboram estatutos formais, a profissionalização, onde vários elementos passam a ser pagos pelo movimento social, a diferenciação interna, onde são estabelecidas diversas funções e definida a estrutura das subunidades que formam o movimento social, e a oligarquização, onde o poder se concentra numa minoria pertencente à Organização do Movimento Social. Além da OMS,

McCarthy e Zald (1977) definem, ainda, a Indústria do Movimento Social (IMS), que é o conjunto formado por todas as Organizações dos Movimentos Sociais, cujo objectivo é a junção das preferências mais alargadas de um movimento social, e o Sector do Movimento Social (SMS), que “consiste em todas as Indústrias de Movimentos Sociais numa sociedade não importando a que movimento social estejam ligadas” (McCarthy & Zald, 1977, p. 154).

Além desta divisão entre os movimentos sociais, McCarthy e Zald (1977) preocuparam-se em fazer a divisão interna dos elementos que compõem os movimentos, partindo do pressuposto que cada participante tem uma tarefa e que dentro dos movimentos há uma hierarquia definida. Assim, os aderentes são os indivíduos ou as organizações que acreditam nos objectivos propostos pelo movimento, enquanto os constituintes de uma Organização do Movimento Social são aqueles que lhe fornecem os recursos. Existe, também, o público, formado pelas pessoas que não aderem ao movimento e que não são seus oponentes, podendo ser seus apoiantes, mas sem qualquer participação na sua actividade. Ainda para estes autores, os movimentos sociais dividem-se entre as elites que “controlam as maiores fontes de recursos” (McCarthy & Zald, 1977, p. 155) e as massas, que detêm um papel passivo no que concerne à organização do protesto e das actividades e à administração de recursos do movimento. Assistir-se-ia, pois, a uma espécie de “burocracia do descontentamento social” (Chazel, 1993, p. 288).

Segundo McCarthy e Zald (1977), a função da OMS consistiria em transformar os aderentes em constituintes, de forma a aumentar os seus recursos, fazendo com que as pessoas aderissem ao movimento, fazendo com que os espectadores, tal como aqueles que não seriam beneficiados pela acção do movimento, se constituíssem em aderentes. Uma OMS é composta por uma cúpula, que é constituída pelos “indivíduos que estavam envolvidos no processo de decisão de uma organização” (McCarthy & Zald, 1977, p. 159), enquanto os empregados são aqueles que trabalham a tempo inteiro para o movimento, distinguindo-se dos voluntários que trabalham intermitentemente para o movimento. Há, ainda, as equipas provisórias, talhadas para uma tarefa específica, que são formadas por elementos da cúpula.

Apesar dos progressos que a Teoria da Mobilização de Recursos trouxe ao estudo dos movimentos sociais, as suas ideias foram alvo de críticas. Para Turner e Killian (in Bessa, 2003, p. 279), os recursos “deveriam ser valorizados também como possibilidades aferidas subjectivamente pelos actores de acordo com os seus critérios de preferência e parâmetros de significação, e não tanto como algo de objectivo em si mesmo”. Outra das

críticas que podemos apontar a esta teoria consiste na limitação da participação aos custos e benefícios que daí advêm, defendendo-se que as pessoas apenas participam quando têm algo a ganhar. Maria Zackariasson (2009) entrevista vários jovens envolvidos no *Global Justice Movement* na Escandinávia, que apontam diversas razões para o envolvimento na acção colectiva deste movimento. Emil, um dos entrevistados, aponta as injustiças no mundo e a má distribuição da riqueza como causa para a sua participação naquele movimento, enquanto Hannes, outro dos entrevistados, refere a luta pela igualdade entre sexos como a razão da sua participação.

Assim, tendo em conta estes testemunhos, parece-nos que limitar a participação na acção colectiva aos custos e benefícios é incorrecto. Parece-nos, também, que é muito difícil mensurar o que ganha ou perde uma pessoa com a participação num movimento social, pois isso pertence ao íntimo de cada pessoa, sendo bastante subjectiva a sua mensuração. Embora possam existir factos que facilmente se consigam imputar à participação no movimento social, outros factos dificilmente poderão ser sua consequência. Estes elementos levam-nos a estar contra a ideia de Olson (2002), que defendeu a participação calculada aos seus custos e benefícios.

Porém, a grande crítica, em nossa opinião, feita a esta teoria, é o facto de a importância do contexto e dos aliados, nomeadamente os aliados políticos, não ter sido aprofundadamente explorada, apenas mencionada. Apesar de McCarthy e Zald (1977) referirem a importância dos aliados para o sucesso dos movimentos e de Rucht (1996) sublinhar a importância do contexto em que o movimento surge para o seu desenvolvimento, esta temática não foi explorada, levando Tilly (1978) a desenvolver o Modelo das Oportunidades Políticas para suprir esta lacuna apresentada por esta teoria. Este modelo de Tilly (1978) preconizava que um conjunto de condições teria de estar reunido para que as injustiças e revoltas sentidas pela população se transformassem em acção colectiva. O primeiro dos elementos seria a existência de interesses comuns por parte da população, a que se deveria juntar uma organização no seio do grupo, onde houvesse uma hierarquia bem definida e uma liderança forte, bem como uma efectiva mobilização de recursos (militares, logísticos, financeiros). O último dos elementos seria o aparecimento da oportunidade certa para o movimento veicular o seu protesto, a oportunidade política. Esta crítica feita por Tilly (1978) viria a abrir um novo capítulo no estudo do fenómeno dos movimentos sociais, dando lugar à Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas.

Em suma, pensamos que a Teoria da Mobilização dos Recursos foi bastante importante para o estudo dos movimentos sociais. Construindo-se sobre a importância das injustiças sentidas pela população para o desencadear da acção colectiva, esta teoria foi mais longe, revelando a importância da organização e da hierarquia no seio do movimento para que este prospere. Além disto, a pouca profundidade com que abordou a temática dos aliados permitiu abrir caminho a um novo ciclo no estudo dos movimentos sociais, dando lugar à Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas. Igualmente nos parece que o estudo deste fenómeno é um caminho que vai sendo trilhado, onde não há propriamente rupturas. Se a Teoria da Mobilização de Recursos se baseou na importância das injustiças sentidas pela população, apresentadas pelo Comportamento Colectivo, e lhe acrescentou a crucial organização de um movimento, a Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas construir-se-á sobre a importância dos aliados para os movimentos sociais, herdando um assunto apresentado pela Teoria da Mobilização de Recursos.

1.5 - A Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas

Ainda que a importância do meio envolvente aos movimentos sociais e da existência de aliados tivesse sido levantada pela Teoria da Mobilização de Recursos, como constatámos em McCarthy e Zald (1977), essa temática não foi devidamente explorada, levando Tilly (1978) a ensaiar um Modelo do Processo Político e abrindo caminho para a Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas. Esta estrutura foi definida como o “grau no qual os grupos conseguem garantir acesso ao poder e manipular o sistema político” (Eisinger, cit. in McAdam, McCarthy & Zald, 1996, p. 23). O foco do estudo dos movimentos sociais passara, assim, do seu interior para o seu exterior, para o meio envolvente.

A Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas procura descobrir qual a importância do meio político para a acção dos movimentos sociais, assumindo como sua premissa a “crucial importância de expandir as oportunidades políticas como o último incentivo para a acção colectiva” (McAdam et al., 1996, p. 7). Aos movimentos sociais não basta a organização dos seus recursos para poder ter sucesso, contando com “um conjunto mais largo de constrangimentos e oportunidades políticas únicas no contexto nacional no qual estão inseridos” (McAdam et al., 1996, p. 3) para definir a sua acção.

No entanto, pensamos que, fruto da globalização, o contexto internacional ganha cada vez maior importância. Parece-nos, igualmente, que a Teoria da Estrutura das

Oportunidades Políticas forma uma tríade com o Comportamento Colectivo e a Teoria da Mobilização de Recursos, isto é, não ignorando a importância que as injustiças percebidas pelas pessoas e a organização interna têm para um movimento social, assenta no pressuposto de que também os “factores exógenos aumentam ou diminuem a probabilidade de mobilização de certos tipos de pretensões, de estratégias particulares de influência a serem exercidas” (Meyer & Minkoff, 2004, p. 1457), sobretudo os factores ligados ao sistema político.

Porém, mostrar-se-ia um pouco redutor, e falacioso, indicar que somente os movimentos sociais são influenciados pelo sistema político. Antes, parece-nos que também eles influenciam o meio político e as decisões que nele são tomadas, “nas suas actividades de protesto os movimentos sociais são eminentemente políticos: assim como são influenciados, influenciam o sistema político” (della Porta, 1999, p. 195). Apesar de os movimentos sociais não estarem inseridos no processo de tomada de decisão do sistema político, entregue aos poderes legislativo e executivo nas democracias parlamentares, parece-nos que o seu protesto procura pressionar essa decisão. Arriscamos afirmar que o intuito dos movimentos sociais é dirigido, grande parte das vezes, para a decisão política.

Doug McAdam (1996), na tentativa de resumir as ideias de vários outros autores, atribuiu quatro dimensões à estrutura das oportunidades políticas. A primeira consiste na abertura ou clausura do sistema político, que “meramente enfatiza a importância atribuída à estrutura formal, legal e institucional de um dado sistema político” (McAdam, 1996, p. 27). A segunda das dimensões refere-se à estabilidade ou instabilidade das elites que rodeiam o sistema político, se serão sempre as mesmas ou se variarão ao longo do tempo, atribuindo-se, assim, importância à “estrutura informal das relações de poder característica de um dado sistema” (McAdam, 1996, p. 27). A terceira das dimensões está intimamente ligada à segunda, sublinhando a importância da presença ou da ausência de aliados na elite. A última das dimensões refere-se à capacidade do Estado para limitar e reprimir o protesto veiculado pelos movimentos sociais.

Acompanhando o pensamento de McAdam (1996), há duas ideias que nos sustentam. A primeira leva-nos a afirmar que um movimento social, para ter sucesso no alcance dos seus objectivos, necessita de estar inserido num Estado tolerante, cujo sistema político seja aberto ao protesto veiculado. A segunda ideia sugere-nos que essa abertura do Estado é mais fácil de obter com o auxílio de aliados ligados ao sistema político.

A mesma consciência da preponderância que o Estado tem para a vida dos movimentos sociais demonstra Tarrow (1996), que divide os Estados em dois tipos: o

Estado forte, que “enfraquece e desencoraja a participação institucional e que incentiva o confronto e a violência quando a acção colectiva rebenta” (Tarrow, 1996, p. 46), e o Estado fraco, onde “as sociedades civis são livres para desenvolver formas moderadas e alargadas de participação, permitindo que a democracia liberal floresça e resista ao tipo de confrontos violentos” (Tarrow, 1996, p. 46). Para ilustrar o seu pensamento, Tarrow (1996) faz a comparação entre o Estado centralizado francês, que interfere bastante na vida dos seus cidadãos, e o Estado fraco descentralizado norte-americano, onde a sociedade civil tem muito mais força e autonomia. Começamos a duvidar do alcance da expressão “estrutura das oportunidades políticas”, pois, olhando à dicotomia dos Estados apresentada por Tarrow (1996), pensamos que razões históricas e culturais implicarão com os movimentos sociais. Repare-se que a centralidade do Estado francês não é uma característica de agora, mas uma característica que tem marcado a sua existência ao longo da sua história. Da mesma forma, sublinhamos que o Estado norte-americano, desde a sua independência, em 1787, voltou-se, sempre, para a livre iniciativa dos homens e para a força da sua sociedade civil.

Kriesi (1990) faz, tal como Tarrow (1996), a comparação entre Estados, para explicar a forma como a actividade dos movimentos sociais se caracteriza. Os Estados comparados foram a Suíça, a Holanda, a Alemanha e a França. O Estado com um sistema político mais aberto era a Suíça, enquanto, no lado oposto, a França era o Estado com o sistema político mais fechado. As conclusões do seu estudo permitiram determinar que a mobilização dos movimentos sociais, em França, é a mais centralizada, sendo, igualmente, a menos organizada do ponto de vista formal e a mais radical na sua actuação. Em contraste, os movimentos sociais suíços apresentaram-se de forma mais descentralizada e mais moderada, mas mobilizando o maior número de pessoas. A Holanda, onde as estratégias integrativas se misturavam com um Estado forte, revelou uma mobilização centralizada, enquanto a Alemanha apresentou um largo espectro de mobilização, que se caracterizou pela descentralização e moderação, embora apresentasse uma pequena minoria violenta. Desta forma, parece-nos que as ideias de McAdam (1996), de Tarrow (1996) e de Kriesi (1996) se conjugam, na medida em que a abertura do Estado e a existência de aliados implicam com a actividade dos movimentos sociais. As conclusões destes estudos levam-nos a pensar que quanto mais tolerante e mais abertura um Estado conceder para que os movimentos sociais possam participar no sistema político, mais moderada será a sua acção, provando-se a influência do meio político sobre estes movimentos.

Nesta mesma linha segue Eisinger (in Meyer & Minkoff, 2004), reiterando que, nos anos 1960, várias cidades norte-americanas assistiram a tiroteios, enquanto outras não registaram qualquer incidente. Para este autor, a diferença deveu-se ao facto dos governos destas últimas cidades terem permitido que o protesto fosse veiculado por formas convencionais, dentro do sistema político, e não degenerasse em protestos violentos. A comparação da actividade dos movimentos sociais nos diversos Estados, o estudo das “diferenças entre países na estrutura, extensão, e sucesso de movimentos comparáveis na base das diferenças nas características políticas nos Estados nacionais em que estão inseridos” (McAdam et al., 1996, p. 3), que acompanhámos nos estudos de Tarrow (1996) e de Kriesi (1996), constituem uma das vertentes do estudo das oportunidades políticas.

A outra vertente deste estudo centrou-se nas “mudanças da estrutura institucional ou das relações de poder informais de um dado sistema político nacional” (McAdam et al., 1996, p. 3), apostando no estudo anacrónico do fenómeno dentro de um determinado Estado. Nesta perspectiva anacrónica, e incidindo sobre o período de tempo entre 1955 e 1985, Meyer e Minkoff (2004) apresentam um estudo sobre o desenvolvimento do protesto do Movimento dos Direitos Civis americano, da sua organização formal e a consequência que as transformações políticas tiveram para a sua transformação. Dos seus apontamentos conclui-se que o *Civil Rights Act of 1964* e o *Voting Act of 1965* levaram a que o protesto desencadeado por este movimento se transformasse, voltando-se para as instituições, como o Supremo Tribunal de Justiça, e deixando o protesto de rua. A importância da dimensão simbólica foi igualmente reflectida, revelando que quanto mais deputados negros estivessem no Congresso, menos protesto era registado. Por cada deputado negro eleito, o protesto registava um decréscimo de 15%. Além disto, também a cobertura por parte dos *media* favorecia o protesto. Do artigo de Meyer e Minkoff (2004) extraímos, mais uma vez, a importância que o sistema político tem para a vida dos movimentos sociais e a questão simbólica, que se revela muito importante. O caso dos *media* leva-nos a defender a relevância da percepção da oportunidade para o movimento, isto é, o movimento social identifica qual o momento indicado para aparecer, não sendo de estranhar que novas Organizações de Movimentos Sociais tenham surgido em épocas de eleições nacionais.

A este surgimento de movimentos sociais “por contágio” (Bessa, 2003, p. 282), reflectido no Movimento dos Direitos Civis, está ligada a noção de “ciclo de protesto”, definida como “uma fase de elevado conflito e discussão dentro do sistema social que inclui: uma rápida difusão da acção colectiva dos sectores mais mobilizados até aos sectores menos mobilizados, novas e transformadas estruturas de acção colectiva, uma

combinação de participação organizada e não organizada, e sequências de interações intensificadas entre desafiadores e autoridades que podem terminar em reforma, repressão e por vezes revolução” (Tarrow, cit. in della Porta, 1999, p. 189). Este fenómeno ocorreu durante o legado de Gorbachev à frente da URSS, quando encetou as reformas que culminaram com o fim do mundo comunista soviético e, sobretudo, quando optou pela não-intervenção militar nos países pertencentes ao Pacto de Varsóvia (McAdam et al., 1996).

Para nós, a ideia central da Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas resume-se à importância que os factores exógenos, em especial o sistema político, têm para a actuação dos movimentos sociais. Os movimentos sociais decidirão as suas formas de actuação baseados, também, nas oportunidades e obstáculos que vão encontrando, mas não só. Como já referimos, o conceito de “estrutura das oportunidades políticas” é redutor, pois os movimentos sociais, inseridos nos Estados, são influenciados, ainda, pelas suas características históricas, sociais e culturais.

Apesar da sua perspectiva inovadora no estudo dos movimentos sociais, a Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas foi alvo de crítica. Tal como a Teoria da Mobilização de Recursos não definiu efectivamente a noção de “recursos”, também esta teoria não definiu, de forma clara, em que consistem as “oportunidades políticas”, correndo-se o risco, como assinalam Gamson e Meyer (in McAdam et al., 1996, p. 24), de se “tornar numa esponja que absorve virtualmente todos os aspectos do ambiente dos movimentos sociais” e de, pretendendo explicar todos os fenómenos, não conseguir explicar nada.

McAdam (in Meyer & Minkoff, 2004) defende que as mudanças na demografia, na migração, juntamente com a repressão e as políticas económicas, permitiram aos afro-americanos organizarem a sua acção colectiva pelo reconhecimento da igualdade racial. Ligada à ideia da esponja que tudo absorve, Gamson e Meyer (1996) defendem, ainda, que as oportunidades geradas fora dos movimentos sociais não são suficientes para, por si só, manietarem a actividade dos movimentos sociais, defendendo que os próprios movimentos sociais criam as suas próprias oportunidades e formam as suas identidades.

“Os enquadramentos, por um lado, são parte do mundo, passivos e estruturados; por outro lado, as pessoas são activas a construí-los. Os eventos enquadram-nos, mas nós enquadramos movimentos” (Gamson & Meyer, 1996, p. 276), esta é a premissa que dá origem a uma nova fase no estudo dos movimentos sociais, a Teoria do Enquadramento Cultural, partindo-se em busca do papel dos movimentos sociais neste enquadramento,

que, para nós, passará, sobretudo, pela formação de um espírito de grupo forte, que una os participantes em torno da causa que leva à acção colectiva.

1.6 - A Teoria do Processo de Enquadramento Cultural

“Sociedades do capitalismo maduro; pós-industrial, pós-material, sociedades complexas – nenhum destes adjectivos parece capaz de capturar a substância das transformações na sociedade global” (Melucci, 1996, p. 89). O conteúdo desta frase descreve o complexo e incerto contexto em que surge a Teoria do Processo de Enquadramento Cultural. Apelidamo-lo de complexo pelas inúmeras mudanças e incerto pela celeridade com que acontecem. Esta teoria procura reflectir sobre a heterogeneidade dos Novos Movimentos Sociais (NMS), que surgem após a Segunda Guerra Mundial, após o fenómeno social do Maio de 1968 e, tendo em conta esta heterogeneidade da participação política e a pluralidade e a inovação dos valores e da cultura, procura descobrir como é que os movimentos sociais conseguem alinhar essa heterogeneidade e unir as individualidades das causas de participação, construindo uma identidade única, que faça avançar a acção colectiva. Além da criação desta identidade, a teoria procura caracterizar esses NMS, preocupados, como defende Bessa (2003), com os valores pós-materialistas, com a afirmação de novas identidades e com preocupações sobre assuntos específicos e concretos, afastando-se de lutas ideológicas. Podemos afirmar, assim, que um ramo da teoria preocupa-se com a caracterização da sociedade em que surge esta nova vaga de movimentos sociais e, a partir destas características, explicar as novas tendências desses movimentos, o outro ramo da teoria preocupa-se com o processo de construção da identidade.

Como haviam avançado McCarthy e Zald (1977), uma das funções dos movimentos sociais passa pela captação de pessoas para a sua acção e fazer com que aqueles que participam nas suas acções se tornem activos na sua organização. Este processo, parece-nos, só é possível através de um processo de consenso, como referem van Stekelenburg, Klandermans e Van Dijk (2009), em que os movimentos enfatizam diferentes razões pelas quais as pessoas devem participar, indo ao encontro da sua heterogeneidade. Snow e Benford (in McAdam et al., 1996) dividiram este processo em dois elementos distintos: o elemento diagnóstico, em que os movimentos sinalizam o problema e reflectem sobre ele, e o elemento prognóstico, onde são avançadas soluções para resolver o problema. Gamson (in McAdam et al., 1996), porém, divide o mesmo

fenómeno em três fases: a percepção da existência da injustiça ou problema, o veicular dessa existência e o mostrar que é possível alterar a situação, e, por fim, a criação da identidade, que passa por alimentar a ideia daquele problema ser comum a todos.

Apesar das diferentes construções teóricas apresentadas por estes autores, ambas descrevem o mesmo fenómeno que é esta função de construção de identidade, essencial para a sobrevivência dos movimentos. Quanto mais perfeito for este processo de consenso, maiores probabilidades de sucesso na mobilização terá o movimento social.

Bernstein (2005) relaciona a identidade com os movimentos sociais em três níveis: a identidade colectiva é fundamental para a mobilização de qualquer movimento social, a expressão de identidade colectiva pode ser utilizada como estratégia política, em busca de certos objectivos, a identidade pode ser um objectivo do activismo do movimento social, seja para divulgar uma identidade estigmatizada, seja para desconstruir categorias de identidades, sustentando a ideia da preponderância da identidade para o movimento social. É a identidade que faz com que a actividade do movimento social funcione. Wright, Taylor e Moghaddam (in van Stekelenburg et al., 2009) vão neste sentido, admitindo que as pessoas participam na acção colectiva quando se sentem parte do grupo. Repare-se que estes autores giram todos em torno da mesma ideia: a relevância que tem o espírito de grupo, que os movimentos sociais devem construir a partir da heterogeneidade dos elementos que o compõem.

Descrito o processo de construção, precisamos de saber em que consiste, efectivamente, a identidade colectiva. “A identidade colectiva é uma definição interactiva e partilhada produzida por um número de indivíduos (ou grupos num nível mais complexo) preocupados com as *orientações* da acção e com o *campo* de oportunidades e constrangimentos em que cada acção toma lugar” (Melucci, 1996, p. 70). Melucci (1996) define, ainda, três componentes da identidade: as definições cognitivas, que concernem aos fins, meios e campo da acção, a rede de relações activas, onde os actores interagem entre si e tomam decisões, e o investimento emocional, que permite aos indivíduos sentirem-se parte de uma unidade. Pensamos constituir um erro a ideia de que a identidade se constrói facilmente, antes pensamos que a identidade é um processo que, pela alteração constante das ideias, das redes de relacionamento e das próprias emoções, se vai construindo e reconstruindo, caracterizando-se por ser um processo dinâmico e em constante mutação, com consequências para os movimentos, sendo eles igualmente dinâmicos.

Apesar do processo de formação da identidade ocorrer no seio do movimento social, o conflito com os outros é fulcral para marcar a diferença entre o que pertence ao

movimento e aquele que não lhe pertence. Brown (in Bernstein, 2005) defende isto mesmo, reiterando que a marginalização forma a base para a cultura da identidade de grupo. Imbuído da mesma ideia, Calhoun (in Bernstein, 2005) refere que o surgimento de identidades está ligado à forma como foram reprimidas, deslegitimadas e desvalorizadas. Esta ideia de Calhoun (in Bernstein, 2005) encaixa-se na realidade do Movimento Gay ou do Movimento Lésbico, que, ainda hoje, enfrentam, por parte da sociedade, um grande preconceito. Britt e Haise (in Bernstein, 2005) apontam para outra questão, afirmando que as identidades políticas constituem-se como forma de trabalho emocional para a transformação do isolamento, do medo e da vergonha em raiva, solidariedade, orgulho e acção, dando a ideia de que o movimento social trabalha as emoções, tal como um processador que transforma *inputs* em *outputs*.

Para nós a formação da identidade e a criação dos significados processa-se no interior do movimento social. Não cremos que a base da identidade seja, portanto, construída fora do movimento social e seja fundamentalmente produto do conflito, no entanto é, para nós, certo que ajuda a demarcar o que está dentro e o que está fora da identidade. Comungamos, ainda, desta ideia de Britt e Haise (in Bernstein, 2005) de que a identidade, em casos como os Movimentos Gay e Lésbico, serviu, através da acção colectiva, para transformar medo e preconceito em orgulho e activismo. Melucci (1996, p. 74) reforça esta ideia, defendendo que “durante um conflito a solidariedade interna do grupo reforça a identidade e salvaguarda-a”. A importância do conflito para o movimento social leva-nos, ainda, a pensar na importância que os outros actores políticos têm para si, devendo estabelecer-se uma ponte entre a Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas e a Teoria do Enquadramento Cultural. “Os movimentos sociais desenvolvem a identidade colectiva numa relação circular com um sistema de oportunidades/ constrangimentos” (Melucci, 1996, p. 73), remetendo-nos para a ideia do movimento social ser, também, um produto da circunstância que encontra, constituída não só por oportunidades, mas, também, por obstáculos.

Reiterada a necessidade das pessoas se sentirem enquadradas no movimento social, entremos noutra vertente da Teoria do Processo de Enquadramento Cultural e olhemos ao enquadramento em que surgiram os NMS. Seria um erro pensar que estes movimentos surgiram ao acaso, na verdade constituíram “uma das respostas possíveis a diversos problemas de ordem social, política, económica, cultural e religiosa de âmbito local, regional, nacional e internacional” (Bessa, 2003, p. 307). Foram resposta a uma mudança de cultura e de valores (Chazel, 1993), “orientados para necessidades de natureza

predominantemente expressiva, como a auto-realização na esfera privada, expansão das liberdades de opinião e democracia participativa” (della Porta, 2001, p. 99). Parece-nos indesmentível que, após a Segunda Guerra Mundial e após o Maio de 1968, os valores se alteraram, surgindo movimentos sociais como o Movimento Estudantil, o Movimento Ecológico, o Movimento Pacifista e o Movimento Feminista.

A reflexão sobre a mudança de cultura e de valores tornar-se-ia infrutífera, se não indagássemos sobre as razões que levaram a esta mudança. Bessa (2003) avança um conjunto de razões para a profunda alteração dos problemas e, conseqüentemente, dos valores das pessoas. A primeira destas razões relaciona-se com a alteração das condições estruturais das sociedades após a Segunda Grande Guerra, onde o Estado do Bem-Estar permitiu uma melhoria substancial do nível de vida e permitiu a massificação do ensino. Estas condições estruturais permitiram, também, o alargamento da classe média. Além disto, a vitória das democracias parlamentares levou à alteração das condições políticas, possibilitando a liberdade de expressão e a abertura do sistema político ao protesto.

Todas estas mudanças profundas na vida dos Estados e das pessoas levou-as a estabelecerem novas necessidades. Partilhamos da ideia de Inglehart (in della Porta, 2001) de que garantidas as primeiras necessidades do ser humano, ligadas à sua sobrevivência, este parte em busca de necessidades mais complexas, relacionadas com o intelecto. Foi isto mesmo que sucedeu com as profundas alterações dos Estados ocidentais após 1945. A luta por melhores condições de vida, de que foi exemplo o “Movimento Social” proletário de von Stein (in Chazel, 1993), dá lugar a outras preocupações, relacionadas com a axiologia e a cidadania, de que é exemplo a *Global Social Venture Competition*, apresentada por Mars (2009), que consiste numa competição entre estudantes da Universidade de Berkeley destinada a eleger a melhor ideia para tornar a sociedade mais justa.

A mudança de cultura e valores das pessoas criou uma conseqüente mudança nas características dos movimentos sociais. Melucci (1996) caracteriza estes novos movimentos como heterogêneos, pela diversidade das áreas que cobrem, pelas diferentes causas pelas quais se batem e pela diversidade de ideias das pessoas que os compõem. Define-os, também, como inflexíveis nos seus objectivos, não estando abertos à negociação política. O movimento estudantil, dos anos 1960, o movimento pacifista, dos anos 1970, caracterizaram-se exactamente por isto. Além destas propriedades, estes novos movimentos, segundo Melucci (1996) ignoram o sistema político, voltando a sua acção para questões concretas e específicas, que preocupam o indivíduo, não visando propriamente a obtenção de poder. Repare-se que já não são construções ideológicas que

movem as pessoas, dando-se primazia aos problemas específicos que estas percepcionam. O estudo do movimento feminista, que Edmonds-Cady (2009) realizou, mostra-nos mulheres, de diferentes classes sociais, que participam na acção colectiva, invocando problemas concretos da sua vida. A primazia concedida à identidade consiste, também, numa das características dos novos movimentos, onde o grupo se centra “na sua identidade e resiste à «racionalidade» das decisões e objectivos impostos por um poder distante e impessoal” (Melucci, 1996, p. 103). Apesar desta ideia de Melucci (1996), parece-nos que a ideia de resistência à racionalidade por parte dos movimentos não é correcta, pois o sucesso depende, também, da organização e da racionalidade na mobilização dos seus recursos. A paixão pela ideia de um movimento social unicamente construído a partir da identidade, parece-nos, poderá constituir um risco, pois esse lado emocional não basta para que tenha sucesso. Na nossa opinião, é imperioso não haver esquecimento da importância, como demonstra a Teoria da Mobilização de Recursos, da organização interna de um movimento social para que os seus activos possam ser eficientemente aproveitados.

Para nós há duas ideias a reter da Teoria do Processo de Enquadramento Cultural: a importância da construção de uma identidade que absorva a diversidade de ideias das pessoas que compõem os movimentos sociais, e o efeito que as mudanças ocorridas nas sociedades dos Estados ocidentais, após a Segunda Guerra Mundial, tiveram para o aparecimento dos chamados Novos Movimentos Sociais, arriscando-nos a defini-los como produto do seu final.

Ainda numa reflexão final, pensamos que o estudo dos movimentos sociais, no geral, caracteriza-se pela evolução e não por cortes de ideias entre as teorias. Repare-se que na Teoria da Mobilização de Recursos, nomeadamente em McCarthy e Zald (1977), venceu-se a importância do contexto e sublinhou-se a função dos movimentos sociais em angariar novos elementos. Enquanto a função do contexto foi explicada pela Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas, a função da angariação, realizada através da identidade, foi explicada pela Teoria do Processo de Enquadramento Cultural. Arriscamos, ainda, a ideia que a explicação do aparecimento dos NMS, com base nas mudanças profundas dos Estados e das sociedades, permite colmatar o reducionismo do termo “oportunidades políticas”, pois o meio onde os movimentos se inserem não é somente o sistema político, sendo influenciados, como bem caracteriza Bessa (2003), por muitas outras áreas das comunidades em que se inserem.

2 - A definição de Movimento Social

Após termos percorrido a história do estudo dos movimentos sociais e termos analisado as suas diferentes abordagens teóricas, necessitamos de delimitar o conceito de movimento social.

A operacionalização desta definição não aparenta ser fácil, pois “os movimentos sociais consistem de forma semelhante em performances limitadas, contingentes, interactivas de actores múltiplos e mutáveis” (Giugni, McAdam, & Tilly, 1999, p. 256). A heterogeneidade e multiplicidade de pessoas que compõem os movimentos sociais poderão tornar-se, muitas vezes, obstáculos para a interpretação destes movimentos, quer ao nível da sua composição, que poderá variar ao longo do tempo, quer ao nível dos valores defendidos pelos movimentos. Ao contrário de organizações mais formais ou partidos políticos, onde existe uma ligação mais formal e expressa, os movimentos sociais “são redes mais fracas de indivíduos e grupos que podem abraçar um número de organizações” (Scott & Marshall, 2005, p. 612). A fragilidade aqui referida, parece-nos, deve ser entendida pela falta de formalização na adesão ao movimento, levando a que as pessoas transponham facilmente a fronteira da pertença ou não pertença ao movimento social. Além da interactividade da sua composição, os movimentos sociais caracterizam-se por serem “fenómenos que dificilmente se deixam apreender, sem limites nítidos no espaço e no tempo” (Kriesi, cit. in Chazel, 1993, p. 260). A falta de limites nítidos no tempo parece-nos retratar a situação do Movimento dos Direitos Civis norte-americano, apresentado por Meyer e Minkoff (2004), onde a intensidade do protesto variou ao longo dos anos, sem um limite temporal claro, prosseguindo a sua acção depois do *Civil Rights Act of 1964* e do *Voting Rights Act of 1965*. Desta forma, partimos em busca de um conceito de movimento social, tendo a consciência da dificuldade da tarefa.

A percepção de von Stein (in Chazel, 1993) da concepção unitária de movimento social, em que o autor alemão associa o “Movimento Social” à luta do proletariado para a abolição de uma sociedade sem classes parece-nos, à luz dos nossos dias, completamente ultrapassada. Igualmente nos parece que a irracionalidade da acção colectiva e o seu carácter destruidor, ideias-chave do pensamento de Le Bon (1896), não são premissas para a concepção dos movimentos sociais. É nossa opinião que a definição de movimento social deve ser construída a partir de três pilares: a necessidade do movimento possuir uma organização interna, que permita uma boa gestão dos recursos, o reconhecimento da importância do meio envolvente para a vida do movimento social, e a preponderância que

a construção de uma identidade colectiva tem para a mobilização das pessoas. Assim, a definição ideal de movimento social deverá alicerçar-se sobre as ideias da Teoria da Mobilização de Recursos, da Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas e da Teoria do Processo de Enquadramento Cultural.

Blumer (1995, p. 60) ensaia uma definição em que considera os movimentos sociais como “empreendimentos colectivos para estabelecer uma nova ordem de vida”. É nossa opinião que atribuir aos movimentos sociais, na sua generalidade, um objectivo tão ambicioso, é falacioso. Repare-se no Movimento Feminista, retratado por Edmonds-Cady (2009), onde as mulheres entrevistadas, como Vivian ou Delores, pretendem a mudança das suas condições de vida e da sua posição na sociedade, não uma nova ordem de vida. Chazel (1993), baseado na ideia de Blumer (1995, p. 60), forjou outra visão do movimento social, tomando-o por “um empreendimento colectivo de protesto e de contestação que visa impor mudanças, de importância variável, na estrutura social e/ou política através do recurso frequente, mas não necessariamente exclusivo, a meios não institucionalizados” (Chazel, 1993, p. 266). McCarthy e Zald (1977, p. 153) atribuem igualmente um carácter de mudança aos movimentos, definindo-os como “um conjunto de opiniões e crenças de uma população representando preferências para mudar alguns elementos da estrutura social ou da distribuição de recompensas, ou ambas, numa sociedade”. Na nossa opinião, apesar de bastantes movimentos sociais dirigirem-se para a mudança da estrutura social, este signo não deve ser generalizado e aplicado a todos os movimentos. Atente-se a um movimento que é formado para contestar a introdução de portagens numa auto-estrada. A última coisa que pretende é a mudança da situação.

Rucht (1996, p. 186) constrói uma definição que, na nossa opinião, reflecte a visão dos movimentos sociais pela Teoria da Mobilização de Recursos: “num sentido bastante restrito, um movimento social consiste em dois tipos de componentes: (1) redes de grupos e organizações preparadas para se mobilizarem para acções de protesto para promover (ou resistir) à mudança social (que é o último objectivo dos movimentos sociais); e (2) indivíduos que entram nas actividades de protesto e contribuem com recursos sem necessariamente pertencerem a grupos ou organizações do movimento”. A preocupação com a organização dos recursos impede este autor de se voltar para a necessidade da existência de condições, entenda-se oportunidades, para o aparecimento do movimento e para a necessidade da formação de uma identidade colectiva, que una a heterogeneidade das pessoas que compõem um movimento.

Numa outra perspectiva, Tilly e Wood (2008, p. 4) referem que “o movimento social emergiu de uma inovadora, sequencial síntese de três elementos: (...) campanha, (...) repertório, (...) demonstração do *WUNC*” (Tilly & Wood, 2008, p. 3 e 4). *WUNC*, sigla inglesa que corresponde a *Worthiness* (valor), *Unity* (unidade), *Numbers* (números) *Commitment* (compromisso), parece-nos demonstrar a preocupação pela criação da identidade que comporte unidade e compromisso às pessoas que compõem o movimento. Apesar da preocupação com a identidade do movimento, Tilly e Wood (2008) parecem esquecer a importância da existência da oportunidade para o aparecimento do movimento social. Da mesma forma, della Porta e Diani (in della Porta, 1999, p. 126) esquecem a importância do contexto, alinhando os conceitos de redes, de crenças e de formas de protesto, descrevendo os movimentos como “(a) redes de interação, predominantemente informais, baseadas em: b) crenças partilhadas e solidariedade, que se mobilizam sobre: c) temáticas conflituais através de: d) um uso frequente de várias formas de protesto”). Embora estejam presentes elementos como o protesto, as redes de mobilização e a solidariedade de grupo, esta definição parece esquecer a importância do contexto para o movimento social. Numa visão inerente à condição dos Novos Movimentos Sociais, Gamson e Meyer (1996, p. 283) sublinham o desafio à cultura da sociedade, aos seus valores, identificando estes movimentos como “um desafio sustentado e auto-consciente às autoridades ou códigos culturais por um campo de actores (organizações e redes de defesa), alguns dos quais utilizam meios de influência extra institucionais”. Voltamos a insistir na nossa ideia de imputarem, falaciosamente, à generalidade dos movimentos objectivos complexos, pois somos da opinião de que muitos movimentos não são opostos aos valores e códigos culturais, visando questões mais simples, relacionadas com as condições de vida das pessoas.

Em nossa opinião não podemos abordar os movimentos como sendo exclusivamente sociais, pois “a participação convencional está com frequência relacionada com a participação não-convencional, indicando que as pessoas interessadas na política e competentes nesse campo tendem a utilizar simultaneamente vários instrumentos possíveis para pressionar os governos” (della Porta, 1999, p. 93). Assim, não existe “a noção de um movimento social «puro»” (Chazel, 1993, p. 264).

Para nós, um movimento social é o resultado das injustiças percebidas pelas pessoas e da existência de um contexto favorável, caracterizando-se pela sua estrutura organizada, de identidade formada, que visa a participação política, ainda que de forma não convencional. É produto de uma circunstância, que abarca as condições económicas,

sociais, políticas das populações. É consequência de uma organização efectiva de pessoas e meios. É o resultado da existência de oportunidades que permitem o desenvolvimento da sua acção e de constrangimentos que, dificultando a sua acção, permitem criar diferentes estratégias de actuação e reforçar o espírito de grupo. Deriva, ainda, criação de significados que permite juntar a heterogeneidade de pensamentos na mesma causa, criando, dessa forma, uma identidade comum.

3 - A War Resisters' International

A War Resisters' International (*WRI*), fundada após a Primeira Guerra Mundial, em 1921, em Bilthoven, na Holanda, define-se como “uma rede de organizações, grupos e indivíduos que subscrevem a declaração da WRI” (<http://www.wri-irg.org/>). O seu principal fundador, e primeiro secretário-geral, foi Herbert Runham Brown.

Apesar de ter sido fundada na Holanda com o nome *Paco* (significa paz em Esperanto), a sua sede, no presente, localiza-se em Londres. Podemos defini-la como uma organização transnacional anti-militar, que pretende ser o ponto-de-encontro de todas as organizações pacifistas do mundo. O seu lema é: “A guerra é um crime contra a humanidade. Assim, comprometo-me a não apoiar qualquer tipo de guerra, e a lutar pela irradicação de todas as suas causas” (<http://www.wri-irg.org/>). Além deste lema, o seu símbolo (vd. Anexo 2), uma espingarda partida ao meio por dois braços, espelha perfeitamente a sua ideologia. É este valor anti-militarista a causa que suporta toda a acção desta organização.

A “*WRI* existe com a intenção de promover a acção contra a guerra, assim como também para apoiar e pôr em contacto, através de todo o mundo, as pessoas que se negam a tomar parte na guerra ou na sua preparação” (<http://www.wri-irg.org/>). As suas acções anti-militares traduzem-se em diversas actividades: resistência contra o serviço militar, contra impostos de guerra e contra a produção de armas. Além desta resistência, a *WRI* promove o trabalho com pacifistas sujeitos a situações de conflito e promove a reconstrução e diálogo entre os beligerantes, após a ocorrência de uma guerra (<http://www.wri-irg.org/>).

A organização encontra-se, hoje, espalhada por cerca de 50 países e está presente nos cinco continentes, em Estados como a Alemanha, os Estados Unidos da América, Angola, Índia ou Austrália. A sua presença nos diversos países é assegurada por secções pertencentes à própria organização, por organizações afiliadas à *WRI* e por publicações

afiliadas. Em Portugal, a *WRI* está presente através de uma organização afiliada, cujo nome é Associação Livre dos Objectores e Objectoras de Consciência (ALOOOC), sendo a sua sede na Avenida Maria Helena Vieira da Silva, n° 20, Lisboa.

A actual direcção da *WRI* é composta por Howard Clark, que é o seu Presidente, por Dominique Saillard, que é a sua Tesoureira, e por Javier Gárate e Andreas Speck, que são os responsáveis pela oficina internacional (<http://www.wri-irg.org/>).

4 – A Polícia e os movimentos sociais

Os movimentos sociais, enquanto estruturas colectivas que sustentam o protesto de um conjunto de pessoas, cruzam a sua actividade com o poder coercivo e legítimo do Estado e, conseqüentemente, com a actividade policial, que Cunha Rodrigues (in Clemente, 1998) afirma ser, sem sombra de dúvida, uma função a desempenhar pelo Estado. Assim, enquanto representante de um poder legítimo e soberano, enquanto “símbolo da monopolização da força legítima no seu território” (Reiner, 2010, p. 17), à Polícia cabe manter a ordem, estabelecendo, como refere Oliveira (2002) um equilíbrio entre a prevenção e a repressão, permitindo que os manifestantes se expressem e reprimindo eventuais actos violadores da paz social. Porém esta necessidade de equilíbrio que Oliveira (2002) refere nem sempre foi o paradigma da actuação policial, existindo uma “mudança no passado século XX no domínio dos estilos de policiamento no Ocidente em direcção à negociação e à limitação” (D. Waddington, 2007, p. 9).

Marcello Caetano (1990, p. 1150) definiu “polícia como o *modo de actuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das actividades individuais susceptíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objecto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir*”. Para nós é evidente, nesta definição, uma clara preocupação em caracterizar a actividade policial como repressora das condutas menos próprias adoptadas pelos cidadãos. Porém, é nossa opinião que esta actividade não se resume à repressão de actos que possam fazer perigar o bem comum, devendo ser também o escudo protector da vida dos cidadãos, permitindo um justo exercício dos direitos.

Sérvulo Correia (1994, p. 394), na mesma linha de pensamento, define a actividade da Polícia “como um dos modos típicos de actividade administrativa (...) caracterizada pelo fim de prevenção dos danos ilegais e pela restrição da liberdade das condutas sociais que envolvam o perigo de gerar esses danos”. Mais uma vez denota-se uma, na nossa

opinião, excessiva vontade em caracterizar a actividade policial como limitadora, quando “é ou deve ser, hoje, um garante da liberdade do cidadão face às ofensas ilícitas concretizadas e produzidas quer por outrem quer pelo próprio Estado” (Valente, 2009, p. 39). Partilhamos desta ideia de Valente (2009), pois pensamos que este escudo, que deve ser a Polícia, tem como função primordial a protecção dos cidadãos, mesmo que implique fazer face ao próprio Estado de que a Polícia é primeira representante.

Apesar de limitar-se à prevenção de condutas ilícitas, Raposo (2006, p. 26 e 27) é, para nós, quem mais se aproxima da definição ideal de Polícia e da sua actividade, definindo-a como “os actos jurídicos e as operações materiais desenvolvidas por certas autoridades administrativas – as autoridades policiais – e respectivos agentes de execução, com vista a prevenir ocorrências de situações danosas, em resultado de condutas humanas imprevidentes ou ilícitas”. Para nós, a Polícia é parte do exercício do poder soberano, destinando-se a prevenir a ocorrência de actividades ilícitas e a permitir que os cidadãos gozem, em pleno, da sua liberdade e dos seus direitos. Veiculamos, assim, a ideia de Silva (2005, p. 86), que reitera que “tão ou mais importante do que a aplicação das leis, e que cabe ainda na «defesa da legalidade democrática e garantia dos direitos dos cidadãos» que constitui a função da polícia, é a de no exercício dessa função ter de ser absolutamente respeitadora do espaço de liberdade de cada cidadão, ainda quando os cidadãos repudiem essas ideias e modos de vida no seu espaço pessoal”.

A ideia que comungamos sobre uma actividade policial destinada não só a reprimir as acções ilegítimas mas, também, dedicada à protecção dos direitos inerentes à condição humana nem sempre imperou. “Animados por um processo mais lato de reforma do Estado e da administração pública os sistemas e as organizações policiais nalguns países ocidentais têm sido sujeitos a um conjunto de iniciativas reformadoras” (Oliveira, 2002, p. 60). della Porta (1996), num estudo onde abordou a realidade francesa e a realidade italiana, vai ao encontro desta ideia de evolução da acção policial perante o protesto dos movimentos sociais assinalada por Oliveira (2002). Segundo della Porta (1996), e apesar da oscilação no grau de repressão em ambos os países, entre as décadas de 1950 e 1980, a actividade policial evoluiu da repressão para a tolerância na sua relação com o protesto efectuado pelos movimentos sociais.

Esta mudança de paradigma da actividade policial, nomeadamente da sua relação com o protesto encetado pelos movimentos sociais, levou a uma consequente alteração das características do policiamento deste tipo de protesto. Em nossa opinião há dois objectivos que devem ser centrais para a Polícia nestas situações: permitir que o protesto e a

manifestação decorram, com respeito pelo estipulado na lei, e garantir a segurança dos que participam no protesto e daqueles que nada têm a ver com aquela actividade. Miranda (1998, p. 427) reitera esta ideia, estabelecendo três diferentes componentes do direito de reunião e manifestação: a primeira componente consiste na sua liberdade de promoção, convocação e organização, a segunda componente consiste na liberdade positiva da reunião, isto é, garantir a liberdade de participação nestas reuniões e manifestações, e a terceira componente reside na liberdade negativa da reunião, isto é, a liberdade de não participar na reunião ou manifestação. Para nós há, ainda, uma outra liberdade a proteger pela Polícia, que consiste em permitir que haja uma contra-manifestação e garantir-lhe a sua segurança.

Apesar de existir para garantir a liberdade dos cidadãos, há sempre quem desafie a Polícia e as regras do exercício dos direitos impostos pelo Estado. Não partilhamos da ideia de Reiner (2010), que afirma que em grande parte das acções policiais há sempre quem esteja contra o policiamento, mas temos a consciência de que as acções de protesto envolvem, em alguns casos, a ocorrência de desordens e que essas desordens obrigam a Polícia a recorrer ao uso da força. Este uso do poder coercivo, por parte do efectivo policial, obedece a um conjunto de princípios. Ferreira (2005) sublinha que a actuação policial deve obedecer ao princípio da mínima intervenção, significando que a Polícia apenas deve utilizar a força estritamente necessária para fazer cessar a actividade ilícita e que essa força deve ser a proporcional face ao risco encontrado. “Devemos ter em atenção que em democracia o uso da força não consubstancia um direito das Forças de Segurança, mas sim um dever quando se verificarem certos pressupostos e sempre com o fim de interromper ou evitar violações dos direitos fundamentais” (Silva, 2005, p. 64). Imbuídos da ideia de que a força deve ser o último dos recursos, Crawshaw, Devlin e Williamson (1998) reiteram a necessidade de preparar os polícias para as alternativas existentes ao uso da força e das armas de fogo, alertando-os para a necessidade de perceber a multidão, privilegiando-se a persuasão, a negociação e a mediação. Além de defender a necessidade de negociação e de existirem “relações públicas” policiais que se encarreguem de estabelecer um compromisso com os activistas, Fernandez (2009) defende que essa negociação entre os líderes do movimento social e a Polícia deve começar no momento em que é comunicada a manifestação, cabendo à Polícia manter-se em constante comunicação com estes líderes, de forma a obter o maior número de informações possível. Em nossa opinião, as informações devem ser a base da actividade policial, privilegiando-se a prevenção e a utilização de meios adequados, evitando-se, igualmente, que estas

manifestações possam transformar-se em episódios de desordem ou distúrbios. “Quando ocorrem distúrbios civis os direitos humanos mais vulneráveis são os direitos fundamentais de vida e de liberdade da pessoa, o direito de estar livre da prisão e da detenção arbitrária, o direito ao tratamento humano enquanto detido e o direito de não ser submetido a tortura” (Crawshaw et al., 1998, p. 30).

Desta forma, não nos restam dúvidas de que a Polícia, enquanto legítima representante do poder coercivo do Estado, deve utilizar a força e reprimir as acções susceptíveis de violarem os direitos dos cidadãos e do Estado de Direito Democrático. Porém, tendo em consideração os movimentos sociais, o seu protesto e as suas acções, a Polícia tem de ser muito mais que isso. Nós partilhamos das ideias apresentadas por Crawshaw et al. (1998) e por Fernandez (2009): assim como toda a actividade policial, também o policiamento das acções de protesto e dos movimentos sociais deve ter por base as informações. É através das informações que a Polícia se prepara de forma adequada e proporcional para as actividades dos movimentos sociais. O conhecimento dos movimentos sociais e a relação com os seus líderes é fundamental para haver diálogo e negociação, pois promovendo o diálogo promove-se a confiança e o compromisso. Parece-nos que, neste caso em particular, esta atitude da Polícia se torna fundamental para que as manifestações ocorram de forma ordeira. Porém, estamos conscientes que as posições radicais de vários movimentos sociais tornam impossível um policiamento de compromisso, impossibilitando qualquer negociação ou diálogo, levando, fatidicamente, ao recurso aos meios coercivos. Quando esta radicalidade se mostra, pensamos que o único caminho a seguir é o uso da força, mantendo-nos do lado de Silva (2005) e da ideia da obrigatoriedade do uso dessa força para evitar a violação de direitos.

“Bem entendido, uma Polícia deve privilegiar a prevenção e não limitar-se tão só à repressão da violação da legalidade” (Clemente, 1998, p. 68). Esta ideia de Clemente (1998) espelha, na perfeição, o que deve ser a conduta policial no geral, mas, também, em relação aos movimentos sociais e às suas acções de protesto.

5 - Configuração do problema de investigação

Terminada a etapa da fundamentação teórica do nosso trabalho, extraímos, agora, as ideias que consideramos centrais para que, de forma sustentada, consigamos apresentar o problema de investigação.

Apesar da importância da reflexão teórica sobre o início do estudo dos movimentos sociais, apresentada por Tilly e Wood (2008), da importância das ideias apresentadas por von Stein (in Chazel, 1993) e Le Bon (1896) e da importância da reflexão sobre os factores da mobilização colectiva, onde se destacaram autores como Smelser (1962) ou Kornhauser (in Chazel, 1993), a nossa investigação tem, como base, as ideias da Teoria da Mobilização de Recursos, as ideias da Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas e as ideias da Teoria do Processo de Enquadramento Cultural. Este sentido tomado pela nossa investigação deve-se ao facto de, em nossa opinião, serem estas três teorias que se debruçam sobre as questões fundamentais dos movimentos sociais: a sua organização interna, a sua relação com o meio político, a importância do seu contexto e a formação da sua identidade. Sobre este triângulo, formado por estas três teorias, estudaremos a WRI.

Assim, tendo em conta que a Teoria da Mobilização de Recursos se debruça, de forma genérica, sobre a importância da existência de uma estrutura organizada para a prosperidade de um movimento social, procuraremos caracterizar os participantes na War Resisters' International (WRI), quais as suas características e como é feito o seu recrutamento, quanto à sua organização, investigaremos como se financia o movimento, qual a hierarquia estabelecida e a organização do próprio movimento, qual o seu repertório de acção e a preparação que envolve, o seu *modus operandi* e qual a importância do sucesso político para o seu crescimento.

Quanto à Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas, cuja reflexão se dirige para a importância do sistema político para o movimento social, procuraremos conhecer qual a importância das oportunidades para o desenvolvimento da WRI e quais os obstáculos que se atravessam no seu caminho. No que concerne ao meio político, procuraremos saber quem são os seus aliados, quem são os seus adversários e quais as formas de acção que o movimento emprega junto do sistema político. Procuraremos, ainda, saber como a sua mensagem é interpretada pela sociedade.

Referente à Teoria do Processo de Enquadramento Cultural, que reflecte sobre a importância do contexto e da componente emocional e ideológica para a formação da identidade, procuraremos saber em que contexto surgiu o movimento social, quais as normas, valores e crenças que defende. Quanto à dimensão emocional procuraremos analisar a importância da existência do sentimento de injustiça nas pessoas para a sua mobilização na acção colectiva, a importância da percepção de que a acção poderá alterar a sua situação e como constrói a sua identidade.

II - MÉTODO

1 - Abordagem qualitativa

A abordagem qualitativa, pode ser definida como “uma abordagem interpretativa (...) da matéria subjectiva. Isto significa que os investigadores qualitativos estudam coisas no seu contexto natural, procurando o sentido ou a interpretação de um fenómeno em termos dos significados que as pessoas trazem até eles” (Denzin & Lincoln, 1994, p. 2), distinguindo-se assim, de forma natural, da abordagem quantitativa. Enquanto a abordagem qualitativa, como refere D’Oliveira (2005), visa a descrição, descodificação e interpretação de fenómenos com determinados enquadramentos, a abordagem quantitativa visa estudar dados concretos, facilmente traduzíveis em números. Como aponta Bardin (1977), a abordagem qualitativa leva a um procedimento mais intuitivo, mais maleável e adaptável a categorias que não estejam previamente previstas e à susceptibilidade da evolução de outras hipóteses de pesquisa. Neste tipo de abordagem estudam-se fenómenos que são, por vezes, inacessíveis à experiência (Rey, 2000). Apesar da existência, durante a década de 1950, do debate sobre a utilização da abordagem qualitativa e da abordagem quantitativa (Bardin, 1977; Krippendorff, 1980), a verdade é que, hoje, segundo Krippendorff (1980), grande parte dos trabalhos científicos têm optado pela utilização da abordagem qualitativa, ainda que, posteriormente, as suas conclusões tivessem sido transformadas em números.

Pelo conteúdo escrito, notamos que há uma clara dicotomia entre a abordagem qualitativa e a abordagem quantitativa. Esta dicotomia leva Bardin (1977, p. 114) a argumentar que “a abordagem quantitativa funda-se na frequência de aparição de certos elementos da mensagem. A abordagem não quantitativa recorre a indicadores não frequenciais susceptíveis de permitir inferências”. O nosso trabalho segue uma abordagem qualitativa, caracterizando-se, ainda, por ser exploratório e descritivo. Apelidamo-lo de qualitativo, pois visa analisar e interpretar a informação sobre a WRI. É exploratório, porque pretendemos explorar o movimento transnacional e adquirir um maior conhecimento sobre si. É, igualmente, descritivo, porque se pretende descrever a WRI, baseando-nos em documentos sobre este movimento, afastando-se a hipótese do nosso trabalho se traduzir em juízos de valor, que levariam à perda da sua credibilidade científica.

2 - *Corpus*

O *corpus* consiste no material que vai ser sujeito a análise e sobre o qual se extrairão as conclusões do nosso trabalho. Bardin (1977, p. 122) define-o como o “conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”.

Assim, o nosso *corpus* é constituído por três partes: o livro *War is a crime against the humanity: The story of War Resisters' International* da autoria de Prasad (2005), o livro, publicado pela WRI (2010), intitulado de *Manual para campanhas não violentas* e o sítio da Internet da WRI (<http://www.wri-irg.org/>).

3 - Instrumento

A nossa investigação sobre a WRI utiliza a análise de conteúdo temática para a materialização do seu estudo.

Berelson (in Vala, 1990, p. 103) define a análise de conteúdo como “uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Por sua vez, Krippendorff (1980, p. 20) define-a como “uma técnica de investigação que permite fazer inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto”, enquanto Bardin (1977, p. 42) completa estas definições, apontando esta análise como o “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. Assim, garantida a descrição objectiva, sistemática e quantitativa da informação abre-se caminho para o aparecimento de inferências válidas. É por isto que a análise de conteúdo temática, que Ghiglione e Matalon (1992, p. 234) definem como “um meta-discurso emitido pelo codificador sobre o discurso”, se adequa aos objectivos do nosso trabalho.

Bardin (1977) sugere a ultrapassagem da incerteza e o enriquecimento da leitura como vantagens desta técnica de investigação, enquanto Vala (1999) sublinha que a análise de conteúdo permite a concepção de inferências, sustentadas nas características sistematizadas. Parece-nos que esta abordagem permite à investigação afastar-se do perigo dos juízos de valor, que retirariam carácter científico ao nosso trabalho. Vala (1999, p.

114) aborda esta sistematização no seio de um “discurso e da produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção de análise”. Esta sistematização prende-se com a definição das categorias por nós efectuada.

A análise de conteúdo é um processo analítico constituído por diversas fases. Vala (1999) sugere que a primeira dessas fases consiste na definição de um quadro teórico de referência que leva à definição do *corpus*. Bardin (1977, p. 95) avança a pré-análise como a etapa seguinte, que “tem por objectivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise”. Parece-nos que Bardin (1977) refere-se à ligação da parte teórica com a parte operacional, prática, da investigação. Bardin (1977) aponta, ainda, três propósitos desta pré-análise: a opção pelos documentos sujeitos a análise, a construção de objectivos e questões de investigação e a criação de indicadores que permitam a formulação de conclusões. Posteriormente, procede-se à definição de categorias temáticas, onde são inseridos os conteúdos temáticos. Ghiglione e Matalon (1992) defendem que o conjunto destes procedimentos destina-se a garantir que os conteúdos temáticos são inseridos numa única categoria, garantindo-se a sua validade, definida como a “adequação entre os objectivos e os fins sem distorção dos factos” (Ghiglione & Matalon, 1992, p. 198), e a sua fidelidade, significando que “os resultados devem ser independentes daqueles que os produzem” (Ghiglione & Matalon, 1992, p. 197). Devem ser considerados dois tipos de fidelidade: a fidelidade intra-codificador, isto é, o mesmo investigador, em momentos distintos e em leituras distintas do mesmo material, obtém os mesmos resultados, e a fidelidade inter-codificador, isto é, diferentes codificadores atingem os mesmos resultados (Ghiglione & Matalon, 1992).

Definidas as categorias, cabe ao investigador, como reitera Vala (1999), garantir que todos os conteúdos temáticos são analisados (exaustividade) e que todos eles são colocados numa única categoria (exclusividade). Concordamos com Vala (1999, p. 113), que considera a escolha de categorias como o momento mais complexo da análise de conteúdo.

A categorização é definida por Vala (1999, p. 110) como “uma tarefa que realizamos quotidianamente com vista a reduzir a complexidade do meio ambiente, estabilizá-lo, identificá-lo, ordená-lo ou atribuir-lhe sentido”, enquanto Bardin (1977, p. 103) argumenta que a “codificação corresponde a uma transformação – efectuada segundo

regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que (...) permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto”. A construção de categorias pode ser efectuada de três formas: através de um procedimento fechado, em que as categorias são previamente definidas; através de um procedimento aberto, em que as categorias são elaboradas numa fase posterior à leitura e análise do *corpus* (Ghiglione & Matalon, 1992); ou através de um procedimento misto (Pais, 2004), que utiliza tanto o procedimento fechado, como o procedimento aberto. A nossa investigação utilizou um procedimento misto.

4 - Procedimento

A exaustiva revisão bibliográfica sobre o nosso objecto de estudo foi iniciada em Outubro de 2011, de forma a conseguir um estudo que fosse o mais completo possível, quer ao nível enquadramento teórico, quer na definição do *corpus*. O nosso *corpus* foi estabelecido entre o mês de Outubro de 2011 e o mês de Fevereiro de 2012.

Um dos caminhos da pesquisa consistiu na utilização do navegador “Internet Explorer”, através do motor de busca Google, utilizando-se diversos descritores e obtendo os seguintes resultados: War Resisters International, tendo sido encontrados 467 000 resultados, War Resisters International Portugal, tendo sido encontrados 66 220 resultados, War Resisters International pdf, tendo sido encontrados 228 000 resultados, War Resisters International doc, tendo sido encontrados 298 000 resultados.

Apesar do número elevado de resultados encontrados, decidimos utilizar, apenas, o sítio da Internet da WRI (<http://www.wri-irg.org/>). Esta nossa opção deve-se ao facto de esta informação provir, directamente, da WRI, somando-se, ainda, o facto de grande parte da informação encontrada ser repetida e, alguma dela, poder ser alterada por qualquer utilizador da Internet, pondo em causa a fiabilidade da sua informação.

Ainda no motor de busca Google foi possível encontrar dois livros sobre a WRI: War is a crime against the humanity: The story of War Resisters International (Prasad, 2005) e Manual para campanhas não violentas (Clark, Gárate, & Sheenhan, 2010), que utilizámos, também, como *corpus* da nossa investigação.

É de salientar que a concepção da grelha de análise de conteúdo temática (vd. Anexo 1) assentou no nosso enquadramento teórico, tendo sido elaborada a partir da Teoria da Mobilização de Recursos, Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas e Teoria do Processo de Enquadramento Cultural.

Assim, no que concerne à pré-categoria da Mobilização de Recursos foram estabelecidas três categorias: participação, organização e sucesso político. Na categoria da participação pretendemos introduzir a informação respeitante ao tipo de participantes do movimento social e à forma como o movimento faz o recrutamento dessas pessoas. Assim, estabelecemos duas subcategorias: a subcategoria dos participantes, onde introduzimos toda a informação sobre o tipo de participantes da War Resisters' International (WRI) e a subcategoria do recrutamento, em que coube a informação sobre a forma como este movimento angaria os seus recursos humanos. Quanto à categoria da organização, onde colocámos a informação sobre o funcionamento da WRI, estabelecemos quatro subcategorias: a subcategoria do financiamento, onde se introduziram os dados referentes à forma como o movimento estabelece a sua sustentabilidade financeira, a subcategoria da divisão de tarefas, onde se pretendeu projectar a informação sobre a hierarquia no interior do movimento e as respectivas funções de cada um, a subcategoria do modo, onde se colocou a informação sobre a estrutura do movimento, as suas células e associações e a subcategoria do repertório, que se destinou à informação sobre as modalidades de acção do movimento. Porém, face à quantidade de informação encontrada e pela importância que nos pareceu conter, decidimos estabelecer uma nova subcategoria, que intitulámos de preparação para a acção colectiva e onde colocámos todos os dados sobre a forma como a WRI prepara a sua acção colectiva. Por fim, definimos a categoria do sucesso político, destinada à informação sobre a importância dos resultados para o crescimento do movimento social.

Quanto à pré-categoria da Estrutura Oportunidades Políticas definimos, igualmente, três categorias: oportunidades, constrangimentos e sistema político. Na categoria das oportunidades pretendemos introduzir a informação sobre a interpretação, a percepção e a criação de possibilidades para o êxito do movimento social. A categoria dos constrangimentos destinou-se à introdução dos dados sobre a existência de obstáculos para a prossecução dos objectivos da WRI. A categoria do sistema político, que se destinou à informação sobre o meio político em que o movimento se move, foi dividida em três subcategorias: a subcategoria dos aliados, onde pretendemos inserir a informação respeitante às alianças da WRI com os outros actores da vida política, a subcategoria dos adversários, onde introduzimos a informação sobre os opositores do movimento social, a subcategoria do público em geral, destinada a enquadrar a informação sobre a forma como a sociedade percebe a mensagem da WRI e a subcategoria das modalidades de acção, onde se colocou a informação sobre a acção do movimento social junto do meio político.

Por fim, estabelecemos três categorias referentes à pré-categoria do Processo de Enquadramento Cultural: natureza cultural, componente ideológica e dimensão emocional. Na categoria referente à natureza cultural pretendemos inserir a informação sobre o contexto para a definição das características do movimento social. A categoria da componente ideológica destinou-se a catalogar a informação sobre os valores e ideias defendidas pela WRI. A categoria da dimensão emocional, onde colocámos informação sobre a importância dos sentimentos para a acção colectiva, foi dividida em três subcategorias: a subcategoria do sentimento de injustiça destinou-se a recolher informação sobre a preponderância da revolta sentida pelas pessoas para a participação na acção colectiva, a subcategoria da importância da acção, destinada a abarcar a informação relativa à percepção das pessoas de que a acção colectiva pode ser a solução do seu problema e a subcategoria identidade, com o fim de abarcar toda a informação relativa à formação do espírito de grupo no movimento. Esta última subcategoria foi estabelecida após a leitura e análise do *corpus*.

Terminada a construção desta grelha (vd. Anexo 1), recorremos a um juiz independente, com experiência em análise de conteúdo, para assegurar que o nosso trabalho reunia as condições de fiabilidade inter-codificador, garantindo-se que o nosso *corpus* foi analisado por duas pessoas diferentes. Além de se ter assegurado a fiabilidade inter-codificador, garantiu-se a fiabilidade intra-codificador, significando que o nosso *corpus* foi catalogado por nós em momentos distintos. É relevante, ainda, referir que as categorias constitutivas da nossa grelha (vd. Anexo 1) eram claras, afastando-se a ambiguidade e garantindo-se a os princípio da exclusividade, isto é, cada conteúdo temático foi inserido em apenas uma categoria e o princípio da exaustividade, ou seja, todos os conteúdos foram colocados numa das categorias estabelecidas.

III - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Concluída a investigação teórica, podemos constatar que há três teorias fundamentais que estudam os movimentos sociais: a Teoria da Mobilização de Recursos, que aborda estes movimentos pela importância que a organização tem para o seu funcionamento, a Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas, que analisa a relação dos movimentos sociais com o mundo político; e, por fim, a Teoria do Enquadramento Cultural, que se debruça sobre a preponderância do contexto para a formação do movimento e para a definição das suas características e sobre a relevância da dimensão emocional para a acção colectiva. Foi a partir destas teorias que definimos a nossa grelha de análise de conteúdo temática (vd. Anexo 1).

A informação que catalogámos não se distribuiu de forma homogénea pelas três teorias. A pré-categoria da Mobilização de Recursos foi aquela que mais informação juntou, com especial relevo para as subcategorias do modo, do repertório e da preparação para a acção colectiva, todas elas pertencentes à categoria da organização. A pré-categoria do Processo do Enquadramento Cultural conseguiu, igualmente, juntar bastante informação, com especial relevo para as categorias referentes à natureza cultural e à componente ideológica. A pré-categoria da Estrutura das Oportunidades Políticas foi a que menos informação recolheu.

Para nós o facto da Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas ter tido poucos resultados poderá estar ligado com a abrangência da Teoria do Processo de Enquadramento Cultural. Repara-se que o enquadramento cultural comporta-se a todo o contexto em que surgem os movimentos sociais, revelando as dificuldades e apoios encontrados nos campos social, político, económico, demográfico, pois não devemos esquecer que estes factores estão todos interligados. Comportando tudo isto, esta teoria acaba por abarcar o contexto político, deixando pouco espaço à Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas. É como se o triângulo, formado pelas três teorias, tivesse uma face sólida (Teoria da Mobilização de Recursos) e tivesse outra face (Teoria do Processo de Enquadramento Cultural) que, pela sua abrangência, ocuparia o espaço à terceira face (Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas).

De todas as categorias e subcategorias definidas apenas duas não obtiveram qualquer resultado: a categoria do sucesso político, referente à pré-categoria da

Mobilização de Recursos, e a subcategoria do sentimento de injustiça, pertencente à pré-categoria do Processo de Enquadramento Cultural. A falta de resultados da categoria do sucesso político poderá estar relacionada com os objectivos a que a WRI se propõe, pois o ideal da não-violência e da abolição guerra são objectivos impossíveis de alcançar. Se o sucesso político das suas acções fosse relevante, talvez o movimento não tivesse “sobrevivido” à Segunda Guerra Mundial e a todas as guerras a que tem assistido ao longo da sua existência. Em nossa opinião, os seus objectivos são utopia.

A falta de resultados registados sobre o sentimento de injustiça constituiu, para nós, uma surpresa. No entanto, isto poderá estar relacionado com a ênfase dada à ideologia. Em nossa opinião, os movimentos, cujos objectivos encerram utopia, como é o caso da WRI, tendem a vincar a importância dos valores, em detrimento do sucesso político, que não têm, ou do sentimento de injustiça dos seus constituintes. É igualmente necessário compreender que a ideologia adoptada poderá surgir de uma injustiça sentida, pois recorde-se que a WRI foi fundada por pacifistas, objectores de consciência, mas, também, por aqueles que sofreram as consequências da guerra, homens e mulheres que se sentiram injustiçados pelo conflito.

A informação respeitante aos elementos que compõem a WRI não é muito extensa, porém há duas ideias fundamentais que destacamos: a diversidade dos participantes e os diferentes objectivos que visam com a participação no movimento. “As pessoas têm diferentes razões para adoptar a não-violência. Alguns defendem-na porque a vêem como uma técnica efectiva para conseguir mudanças sociais, outros porque querem fazer da não-violência uma forma de vida. Há um amplo espectro com toda uma gama de posturas” (Clark, Gárate & Sheehan, 2010, p. 13). A frase demonstra as diferentes razões que estão na origem da participação no movimento, reflectindo, igualmente, diferentes formas de interpretar a não-violência, “por exemplo, como há quem pense que se haveria de empregar os métodos de não-violência para enfrentar um conflito e ganhar, outros argumentam que uma atitude chave da não-violência é procurar uma solução que inclua aqueles que são os adversários” (Clark et al., 2010, p. 13). Podemos, então, afirmar que dentro do movimento, apesar da ideia da não-violência ser comum a todos, existem diferentes interpretações na forma como a acção deve ser desenvolvida.

No que toca ao processo de recrutamento utilizado pela WRI devemos frisar que a informação encontrada no nosso *corpus* foi reduzida. No sítio da WRI na Internet (<http://www.wri-irg.org/>) encontrámos uma oferta de emprego, onde dizia que o movimento estava à procura de um trabalhador a tempo inteiro para trabalhar num

programa do movimento chamado *Right to Refuse to Kill*, que teria início a 1 de Setembro de 2012 e cujo salário anual seria de 23, 296. 68 Libras. Ainda no sítio da Internet, a WRI incita a que organizações, com propósitos semelhantes aos seus, se dirijam a si para que possam colaborar, sendo fornecidos os contactos do movimento. Pedindo-se, igualmente, para que o movimento seja contactado através das línguas inglesa, alemã ou espanhola, que são as línguas do seu sítio da Internet (<http://www.wri-irg.org/>). Porém, devemos assinalar que para entrar na WRI é necessário subscrever a sua declaração: “A guerra é um crime contra a humanidade. Assim, comprometo-me a não apoiar qualquer tipo de guerra, e a lutar pela irradiação de todas as suas causas”. Outra das informações que recolhemos referente ao recrutamento consiste numa carta escrita por Runham Brown, fundador do movimento, a 14 de Abril de 1923 dirigida aos objectores de consciências espalhados pelo mundo e a todos os defensores da não-violência. O seu objectivo centrou-se na formação de um movimento que reunisse os partidários desta ideia de não-violência. Podemos afirmar, depois de estudada a obra de Prasad (2005), que esta carta consistiu no primeiro recrutamento efectuado pela WRI, em que, desde logo, Runham Brown destacou a importância dos ideais da não-violência para a entrada no movimento. “Eu espero formar um Cartel, ou uma Federação central, que não só ligará as organizações nacionais existentes, como ligará os inumeráveis grupos não-organizados que sabemos existirem em todo o mundo.” (Prasad, 2005, p. 93). Destaca-se, assim, a importância que a crença no ideal da não-violência tem para o recrutamento e entrada na WRI.

“Tal como as organizações radicais voluntárias que trabalharam para a mudança social, o estado financeiro da WRI nunca foi satisfatório” (Prasad, 2005, p. 345). O financiamento do movimento é indispensável para que este possa desenvolver as suas acções. Apesar da informação sobre a forma como o financiamento se processa, pudemos constatar que a WRI procura recursos económicos através de donativos, da venda de produtos e publicações próprias e do pagamento de quotas das organizações que lhe estão afiliadas. Através do seu sítio da Internet (<http://www.wri-irg.org/>) é possível, a qualquer pessoa, fazer o seu donativo para ajudar o movimento, sendo possível, também, enviar o donativo via postal. “A War Resisters’ International depende de donativos para levar a cabo a sua tarefa” (<http://www.wri-irg.org/>), porém, na sua loja virtual existente na Internet, é possível comprar livros publicados pelo movimento, produtos alusivos ao movimento, onde se destacam os pinos com o símbolo do movimento e discos de música. Na Constituição da WRI está previsto o pagamento de uma quota pela filiação no movimento: “As secções, organizações associadas e publicações associadas deverão pagar

uma taxa de afiliação anual com base na sua composição e rendimento, em conformidade com as directrizes que venham a ser estabelecidas em regulamento. Aos membros individuais, sejam membros de secções ou não, deve ser-lhes solicitada pelo menos uma vez por ano uma contribuição de acordo com a sua capacidade”. O não-pagamento desta quota de afiliação, ainda de acordo com o escrito na Constituição da WRI, poderá ter como consequência a saída do movimento: “O não-pagamento das taxas de afiliação por uma secção ou associação durante dois anos sucessivos pode ser entendido pelo Conselho como um passo para a desfiliação ou desassociação”.

No que concerne à divisão de tarefas dentro da WRI é a sua Constituição que estabelece os seus princípios de funcionamento. O primeiro ponto a que a Constituição se refere é à declaração do movimento, sendo sobre ela que toda a actividade do movimento se desenvolve. Assim, são consideradas organizações afiliadas ao movimento, aquelas que aceitam a declaração do movimento como base orientadora da sua acção. As organizações associadas e as publicações associadas não se comprometem com a declaração da WRI, porém os seus objectivos gerais são condizentes com os do movimento. A Conferência Internacional, onde estão representadas todas as secções, associações e publicações ligadas ao movimento, tem lugar de quatro em quatro anos e é o local onde são definidos os objectivos do movimento e as políticas que deve seguir. Através dos votos das secções, associações e publicações é eleito um Conselho, responsável pela materialização das políticas definidas e pela representação da Conferência Internacional. O Conselho deverá reunir uma vez por ano e é quem elege um Comité Executivo, responsável pela administração geral de todo o movimento. Destaca-se, ainda, o facto de a Constituição aconselhar a existência de um staff que seja multinacional, que fale várias línguas e que a sua composição seja equilibrada entre homens e mulheres. Constatamos, assim, que a Constituição da WRI estabelece, de forma clara, a hierarquia existente dentro do movimento, revelando uma grande organização e ordem dentro do movimento.

No entanto, esta organização formal reflecte-se, igualmente, nas acções de protesto, nomeadamente nas manifestações concebidas pelo movimento. Clark et al. (2010) estabelecem três momentos numa manifestação: o momento anterior, a sua ocorrência e o momento posterior. Antes de a manifestação ter início dever-se-á estabelecer quem é o coordenador ou organizador da campanha, deverá existir gente destinada à observação e estudo do local onde a acção terá lugar, deverá estabelecer-se as pessoas que farão a divulgação da acção colectiva a ter lugar e deverá ser constituída uma equipa para contactar com os *media*. Durante a ocorrência da acção colectiva deverão estabelecer-se as

peçoas que podem ser detidas por desobediência civil, as peçoas encarregues de efectuar o protesto propriamente dito, as peçoas que distribuem folhetos alusivos ao movimento e aos objectivos do protesto, as peçoas encarregues de fotografar e filmar a acção de protesto. A acção de protesto é, assim, encarada pela WRI como a oportunidade para se promover e angariar novos aliados. No pós-protesto é importante que exista uma equipa de apoio legal para auxiliar os possíveis detidos e que se estabeleçam os porta-vozes do movimento para lidar com os *media* ou com os políticos. Toda a informação relativa à acção colectiva de protesto demonstra que a organização e a divisão de tarefas são características primordiais para a WRI.

A informação que recolhemos referente ao modo, isto é, referente à organização do movimento e ao tipo de estrutura que possui, pode ser dividida em dois campos: a organização estrutural propriamente dita e as suas ramificações, e a organização referente às acções de protesto. Runham Brown (Prasad, 2005), quando escreveu a carta de 14 de Abril de 1923, além de pretender recrutar os pacifistas espalhados pelo mundo, definiu aquilo que queria que fosse a WRI, defendendo que o movimento não deveria ser uma central que definisse a acção de cada secção e de cada grupo pacifista, devendo, antes, primar por ser um local de encontro entre esses mesmos grupos, de modo a que pudessem colaborar e construir projectos comuns. Ainda nessa carta, Runham Brown alertou para o facto de não querer que a WRI se tornasse um movimento europeu ou um movimento do mundo ocidental. Prasad (2005) refere que em 1931 a WRI era já uma organização global com 47 secções espalhadas por 26 países diferentes. Hoje em dia, a WRI encontra-se em cerca de 50 países, tendo, em alguns deles, mais do que uma organização afiliada, na Alemanha, por exemplo, a WRI conta com oito organizações afiliadas.

Em nossa opinião, os dados relativos ao modo reflectem três importantes características deste movimento. A WRI é transnacional, pois encontra-se espalhada pelo mundo, é descentralizada, pois cada associação afiliada segue a sua própria política e, fruto dessa descentralização, a WRI é, também, aglutinadora de diversas interpretações dos ideais pacifistas, levando a que existam diferentes formas de defender estes ideais.

“Uma campanha que visa a construção de um movimento popular precisa de ter um meio regular de comunicação entre a sede e as secções nacionais, regionais ou locais. É igualmente importante para os membros individuais para manterem contacto uns com os outros assim como com o centro – tanto com o internacional como com o local” (Prasad, 2005, p. 95). Para ligar as diversas secções espalhadas pelo mundo, a WRI começou a produzir um boletim em 1923. Nesse boletim eram publicadas as principais notícias sobre

o movimento e sobre os acontecimentos do mundo relacionados com pacifistas e objectores de consciência. Nos nossos dias, essa ligação é feita, essencialmente, pela Internet, através do sítio da WRI (<http://www.wri-irg.org/>), onde podem ser encontradas notícias sobre as actividades do movimento e das suas secções, em todo o mundo.

No livro de Clark, Gárate e Sheenhan (2010, p. 24), a informação sobre a organização e a divisão de tarefas destaca a existência de diversas redes: “A imagem, a partir do exterior, pode ser a de um grupo de gente mais ou menos homogéneo. Contudo, mais de perto, pode ver-se como o movimento está formado por várias redes que trabalham através circunscrições particulares, por organizações distintas com os seus próprios temas e prioridades, por diferentes campanhas interrelacionadas, focando aspectos distintos de uma questão”, dando-se o exemplo da organização pacifista israelita New Profile, que rompe com os moldes tradicionais de organização e que tenta acabar com hierarquias, promovendo uma rotação de papéis durante o protesto. “Um bom funcionamento de grupo é o resultado de estruturas colaborantes e da participação inteligente e responsável dos membros do grupo” (Clark et al., 2010, p. 76).

Fica, ainda, clara a importância dos grupos de afinidade. Definidos como “grupos autónomos de cinco a quinze pessoas cujos membros não só têm afinidade entre eles, mas que conhecem as capacidades e debilidades de cada um e que se apoiam mutuamente quando participam (ou tentam participar) juntos numa campanha não-violenta.” (Clark et al., 2010, p. 146), os grupos de afinidade têm sido utilizados ao longo dos últimos trinta anos como modelo organizacional em protestos não-violentos de pequena e grande escala, nomeadamente em protestos contra a utilização de energia nuclear em países como a Escócia, os Estados Unidos da América e a Alemanha. Este modelo organizacional dos grupos de afinidade revela, para nós, a importância que a confiança tem para os activistas da WRI. Isto poderá significar, também, que o recrutamento para acção de protesto privilegia as relações de proximidade e a confiança por si gerada.

Assim, no que ao modo diz respeito, é nossa opinião que a WRI consiste num movimento pacifista global, que procura agregar o maior número possível de secções em todo o mundo, sem as obrigar a seguir uma determinada política. Apesar de haver uma estrutura hierárquica que conduz o movimento, isso não significa que as diversas organizações que o compõem estejam submetidas a uma política rígida. É como se a WRI fosse um agregador dos diversos movimentos pacifistas, um local para o seu encontro. Quanto à organização da sua actuação, há duas ideias que consideramos fundamentais: o

privilégio de uma participação não submetida a hierarquias e a importância dos grupos de afinidade, enquanto modelo de actuação na acção colectiva.

A preparação para a acção colectiva não-violenta, pela informação que recolhemos, é bastante valorizada no seio da WRI, “todo o processo a que nos referimos quando falamos de treino de não-violência – analisar situações, ver alternativas, redigir petições, desenvolver estratégias de campanha, planejar acções, preparar acções, avaliar acções ou campanhas – pode aumentar o impacto que o grupo tem sobre os outros, e ajudá-lo a funcionar melhor na acção, enfrentado melhor os riscos e problemas que aparecem e expandindo o horizonte das suas acções” (Clark et al., 2010, p. 16). Conclui-se, assim, que as acções levadas a cabo pela WRI são bem preparadas e pensadas, demonstrando um elevado grau de planeamento. No mesmo sentido, encontramos informação no sítio da Internet da WRI que dizia o seguinte: “todas as pessoas participantes nas acções de 1 de Abril, tal como as pessoas que não participem na acção de desobediência civil, podem ser presas. Todas as pessoas têm que tomar parte nos treinos preparatórios de Sábado 31 de Março e nas sessões informativas antes das acções de Domingo 1 de Abril” (<http://www.wri-irg.org/>). Segundo Clark, Gárate & Sheehan (2010), a preparação para a não-violência é bastante importante para que os participantes estejam preparados para a reacção do público, para a ocorrência de uma contra-manifestação, com ideias adversas às preconizadas pela não-violência, para a reacção da Polícia que, para estes autores, é vista, muitas vezes, como inimiga ou, pelo menos, como opositora e para as adversidades em geral, “por exemplo, podemos sentir a urgência de correr, mas se começamos a correr, perdemos o controlo; os nossos opositores podem estar tentados a atacar-nos neste momento. Estarmos preparados racionalmente, emocionalmente e na prática, é portanto muito importante. Treinar-mo-nos para o medo e para o controlo é muito importante” (Clark et al., 2010, p. 68).

Os exercícios de preparação para a acção colectiva têm três objectivos fundamentais: fortalecer a dinâmica de grupo, melhorar o seu funcionamento e preparar o grupo para a interacção com possíveis adversários, com o público e com a Polícia. Encontrámos quinze exercícios que são utilizados para o treino da acção colectiva: Luva de Ideias, Filas de Conflito, Denuncia-o, Espectro/ Barómetro, Ferramentas para Enraizar, Proteger e Bloquear, Teatro Fórum, Espectro Cruzado, Jogo de Papéis, Tomada de Decisões, Jogo de Confiança da Árvore e do Vento, Espectro de Alianças, As Consequências do Medo, Os Pilares do Poder, A Árvore e 10/ 10 Estratégias. Por exemplo, o exercício As Consequências do Medo consiste na partilha e análise de experiências, por

parte dos activistas distribuídos em pequenos grupos, de situações em que sentiram medo durante a participação numa acção de protesto, analisando-se, posteriormente, quais as suas causas e consequências, de modo a que numa próxima acção os participantes estejam alertados para essas situações. Quanto ao exercício Os Pilares do Poder consiste na identificação das bases que sustentam as estruturas de poder que se pretende derrubar, fazendo a sua análise é mais fácil delinear uma estratégia que seja eficaz e que consiga detectar as vulnerabilidades dessas estruturas. O exercício Filas de Conflito visa dar a oportunidade de resolver um problema usando a não-violência e pretende que os participantes sejam colocados em ambos os lados do conflito. Este exercício coloca frente-a-frente duas filas de pessoas, em que cada uma tem o seu adversário directo, promovendo-se o diálogo para se chegar a um acordo. O exercício A Árvore visa a identificação e análise da natureza e dos componentes de um problema, sugerindo-se, posteriormente, respostas que o ajudem a resolver. Este exercício consiste no desenho de uma árvore, por pequenos grupos, em que as suas raízes são as causas dos problemas, os frutos são as suas consequências e o tronco é composto pelas instituições que sustentam esse problema. Poderíamos descrever os exercícios que restam, mas parece-nos que estes quatro exemplos demonstram, de forma clara, que existe uma efectiva preparação de grupo e que essa preparação visa o desenvolvimento da autoconfiança dos participantes na sua acção.

“A não-violência pode combinar a resistência activa, incluindo a desobediência civil, com o diálogo, pode combinar a não cooperação – retirar o apoio a um sistema de opressão – com o trabalho de construir alternativas positivas. Em ocasiões e como forma de comprometer-se no conflito, a não-violência tenta contribuir para elementos de reconciliação: reforçar o tecido social, dar poder a quem se encontra nas margens da sociedade e implicar gente de partes distintas na hora de procurar uma solução. E quando não é possível alcançar tais objectivos de modo imediato, a nossa não-violência mantém-nos firmes na determinação de não destruir nada a outras pessoas” (Clark et al., 2010, p. 35). A frase anterior sugere-nos que a WRI é um movimento social cujo repertório não se destina somente ao protesto, mas que visa a construção de um mundo diferente, sustentado nos ideais da não-violência e da sã convivência entre os povos.

Clark, Gárate e Sheehan (2010) enumeram alguns dos principais tipos de acção apresentados pela WRI. Referem as manifestações, dando o exemplo das manifestações contra a guerra do Iraque no dia 15 de Fevereiro de 2003 que tiveram lugar em 600 cidades do mundo. Apontam, também, para o boicote a produtos provenientes de determinados países, lembrando que o regime Apartheid sul-africano foi sancionado desta forma. A

greve é, igualmente, referida como forma de luta não-violenta, tal como negar-se a colaborar, como aconteceu com os professores noruegueses aquando da ocupação nazi durante a Segunda Guerra Mundial. Os bloqueios são, também, referidos como fazendo parte do repertório, apontando o exemplo de israelitas que se colocaram à frente de bulldozers para impedir a sua passagem. Prasad (2005) conta, também, que a WRI, durante a Guerra do Vietname, montou uma vigília silenciosa na frente da sede da Organização das Nações Unidas. No sítio da Internet da WRI (<http://www.wri-irg.org/>), encontramos informação sobre um seminário organizado em conjunto com Deutsche Friedensgesellschaft – Vereinigte Kriegsdienstgegner/innen (DFG-VK) e Bertha-von-Suttner Foundation que terá lugar em Junho deste ano e sobre uma acção realizada por duas mulheres que pintaram as janelas do centro de recrutamento de Glasgow no passado mês de Março. Ainda no sítio da Internet da WRI (<http://www.wri-irg.org/>) é referido que o movimento apoia objectores de consciência em países como a Colômbia, Grécia, Israel, Coreia do Sul, Finlândia, Rússia e Turquia. O apoio aos objectores de consciência, nomeadamente na luta contra o serviço militar obrigatório, é uma das principais actividades da WRI. Prasad (2005) conta que em 1971, quando Josep Beunza, objector de consciência espanhol, recebeu ordem de prisão, a WRI organizou uma caminhada entre Genebra e Valência para apoiar a sua decisão de recusa do serviço militar obrigatório.

“Também devemos implementar programas construtivos onde reside realmente a mudança que é a nossa meta” (Clark et al., 2010, p. 51). Ao longo da sua história, a WRI não se caracteriza apenas pelas suas acções de protesto pela não-violência, procurando, também, a implementação de programas construtivos, que se destinam a reconstruir e a apoiar comunidades que estiveram envolvidas num conflito bélico. Durante a guerra civil espanhola, entre 1936 e 1939, Prasad (2005) descreve que a WRI abriu centros de socorro para distribuição de comida e roupa nas áreas atingidas pela guerra, e que ajudou crianças a refugiarem-se em Prats-de-Mollo, uma localidade nos Pirenéus franceses. A mesma distribuição de comida e roupa foi efectuada em Londres durante a Segunda Guerra Mundial. Assim, constatamos que a WRI, enquanto movimento social, não concentra os seus esforços unicamente nas acções de protesto, indo mais longe e procurando ajudar a construir projectos que levem à mudança na sociedade.

A informação referente à preparação da acção colectiva leva-nos a definir a WRI como um movimento bastante preparado e treinado para o protesto, caracterizando-se, ainda, pelo seu vasto repertório. Porém, o facto de o repertório abarcar acções de desobediência civil leva-nos a questionar o seu carácter pacifista, no que aos meios diz

respeito. Para nós, o movimento é pacifista quanto aos fins, mas não o é quanto à sua acção.

A informação respeitante às oportunidades, apesar de não ser muito extensa, demonstra que a WRI procura aproveitar o mediatismo para chamar a atenção sobre as suas ideias ou actividades, apoiando-se no impacto dos órgãos de comunicação social. “Tenta «apoiar-te» em notícias mais importantes se podes relacioná-las com a actividade da campanha. Por exemplo se um governo ou um famoso fazem uma afirmação sobre o teu campo em geral, escreve um comunicado de imprensa curto no mesmo dia com a resposta do teu grupo. Podes utilizar também esta oportunidade para anunciar um evento ou acção que tenhas planeado ou um aspecto da campanha que tenhas em marcha (por exemplo: uma petição que estás a elaborar)” (Clark et al., 2010, p. 54).

O sítio da WRI na Internet (<http://www.wri-irg.org/>) é, igualmente, utilizado para despertar a atenção para as lutas travadas pelo movimento. O dia 17 de Abril é apontado pelo movimento como o Dia Mundial de Acção Contra os Gastos Militares. Aproveitando a oportunidade gerada pelo Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) e pela divulgação dos gastos dos Estados na guerra, a WRI leva a cabo manifestações nas capitais de vários países. Segundo o descrito, a primeira edição, realizada o ano transacto, foi um sucesso, contando-se 100 acções em 37 países. Da mesma forma, uma decisão do Conselho dos Comissários Europeus para os Direitos Humanos, condenatória da prisão de objectores de consciência em países onde o serviço militar ainda é obrigatório, é aproveitada para divulgar a prisão de Halil Savda na Turquia e de outros objectores de consciência em outros Estados.

Parece-nos existir, aqui, uma estratégia de acção clara da WRI, aproveitando a oportunidade gerada pelo meio político para promover a sua acção. Este exemplo dos Comissários dos Direitos Humanos revela, perfeitamente, a sua importância, porém, a oportunidade gerada pelo SIPRI prova, igualmente, que o meio político não é o único a influenciar a acção da WRI. Isto leva-nos a caracterizar a Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas como redutora.

A informação, respeitante aos constrangimentos enfrentados pela WRI ao longo da sua história, revela-nos que as dificuldades sentidas pelo movimento estiveram sempre relacionadas com o ambiente político dos Estados. Prasad (2005) refere que, nos anos 1920, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), era proibida a distribuição de qualquer material relacionado com o anti-militarismo e com as ideias preconizadas por Tolstoi. Prasad (2005) refere, ainda, que a severidade da lei francesa sobre o serviço

militar, durante os anos 1920, dificultou bastante a formação de movimentos de resistentes à guerra. Porém, a maior adversidade na história do movimento terá sido a Segunda Guerra Mundial, que colocou dúvidas a bastantes pacifistas sobre a viabilidade das suas ideias, levando a que muitos abandonassem esses ideais. Além desta descrença, Prasad (2005, p. 231) refere as inúmeras perdas que a guerra trouxe: “Os primeiros anos pós-guerra foram especialmente difíceis para a WRI. Os membros estavam a sair das prisões, dos campos de concentração ou dos seus refúgios. Todos eles necessitavam de reconstruir as suas vidas, tanto social como economicamente. Uma das suas necessidades era renovar os contactos com os seus amigos, parentes e outros resistentes à guerra. Muitos membros da WRI tinham morrido durante a guerra, alguns de causas naturais, mas vários morreram em campos de concentração ou por execução das forças armadas nazis”. Prasad (2005, p. 293) aponta, ainda, as dificuldades geradas pela Guerra Fria: “Um resultado destrutivo da Guerra Fria foi o encerramento de todos os canais de comunicação entre os anti-militaristas do Ocidente e os milhares de opositores da guerra – membros de organizações pacifistas, muitos deles pertencentes às secções da WRI – nos países do Bloco de Leste”.

No que concerne aos aliados, a WRI, ao longo da sua história, formou várias alianças na sua luta contra o serviço militar obrigatório. Prasad (2005) descreve que partidos políticos, por toda a Europa, se aliaram à WRI para a abolição do serviço militar obrigatório, entre eles o Partido Socialista da Estónia, o Partido Socialista Independente da Polónia ou o Partido Trabalhista Agrícola do Chipre. Além dos partidos políticos, Prasad (2005) aborda a conciliação de esforços, em 1928, da WRI e outras associações pacifistas como a International Fellowship of Reconciliation, a International Anti-Militarist Bureau, a International Co-operative Women's Guild ou a International Union of Anti-Militarist Ministers. Prasad (2005) refere, ainda, que Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos da América e principal impulsionador da Sociedade das Nações, propôs na primeira conferência desta organização que os Estados afiliados terminassem com o serviço militar obrigatório, indo ao encontro das ideias da WRI. Porém, esta associação de países, como a história demonstra, nunca conseguiu impor a sua vontade.

“Em vez de tratar os funcionários dos nossos opositores como objectos inanimados, a não-violência trata de criar possibilidades para que possam reconsiderar as suas opções” (Clark et al., 2010, p. 15). A WRI, enquanto movimento que defende os ideais do pacifismo, não olha para o adversário como inimigo, procurando, antes, incluí-lo num consenso mais alargado, que permita a junção das opiniões.

Porém, no que concerne aos adversários do movimento, a informação mais relevante centra-se na forma como a Polícia é vista. “A oposição é formada pelo Governo com as suas agências como a polícia e o exército” (Clark et al., 2010, p. 64). Clark et al. (2010) descrevem, ao longo da sua obra, várias referências a agressões de elementos policiais a manifestantes pacifistas, sublinhando que a Polícia comete as agressões físicas longe dos olhares de testemunhas. Esta opinião sobre a actividade policial constitui um entrave à cooperação entre Polícia e manifestantes. A forma como encara a Polícia prova que o adversário para a WRI, por vezes, é inimigo, afastando-se, assim, a possibilidade de incluir o opositor num consenso alargado.

No que diz respeito à relação com o público, Clark et al. (2010) apenas referem que o público pode passar de elemento passivo, que nada tem a ver com a acção, para um manifestante activo, sublinhando que o mediatismo proveniente dos *media* pode ser aproveitado para chamar mais gente para a acção colectiva.

Por fim, abordamos a informação catalogada relativa à pré-categoria do Processo de Enquadramento Cultural. “A perda gigante de vidas humanas, o sofrimento de milhões de pessoas e um inimaginável grau de destruição da propriedade motivaram pessoas sensíveis a organizarem-se para evitar que algo semelhante voltasse a acontecer. Para eles o resultado da Segunda Guerra Mundial foi a prova de que uma instituição como a guerra jamais pode ser considerada capaz de resolver os conflitos” (Prasad, 2005, p. 23). A WRI surgiu após a Primeira Guerra Mundial, marcada pelo enorme sofrimento causado às populações e pela grande quantidade de vidas humanas perdidas. A intenção deste movimento, como descreve Prasad (2005), centrou-se na luta contra a guerra, tida como uma instituição incapaz de resolver os problemas políticos dos Estados. Porém, a WRI não foi o primeiro movimento pacifista a emergir, pois a não-violência era um ideal que contava já com séculos de vida.

Na procura das bases do pacifismo, Prasad (2005) demonstra que os alicerces do pacifismo estão presentes em todas as religiões: refere que a Torah, a bíblia judia, baseia-se nos Dez Mandamentos de Moisés e lembra que um desses Mandamentos diz “Não matarás”. Este mesmo Mandamento vale, igualmente, para o Cristianismo, entendendo-se como um princípio de rejeição da guerra. “«Eu sou um soldado de Cristo; Eu não posso lutar...Eu tenho lutado por si...permita-me agora que me torne um soldado de Deus...» acusado de cobardia, Martin mostra a sua prontidão em ir para a guerra desarmado para a frente do exército. A história de St. Martin mostra que o pacifismo cristão real não era para um cobarde mas apenas para uma pessoa corajosa” (Prasad, 2005, p. 41). Prasad (2005)

lembra, também, que o Hinduísmo procura a paz e liberdade do espírito humano. Prasad (2005) aponta Mahavir como o primeiro líder religioso a defender a não-violência e regista que Buda defendeu que o homem que infligia sofrimento ao seu semelhante não era nobre. “O conceito de Buda de não-violência, embora evidentemente diferente da compreensão pacifista de resistência à guerra de hoje, deu um grande contributo para os conceitos de um mundo sem guerra” (Prasad, 2005, p. 32). Sustenta, ainda, que o Islamismo possui várias correntes defensoras das ideias da não-violência, “por exemplo, a filosofia Sufi gera não-violência e unidade humana dentro e com o todo da natureza, e existem outros exemplos” (Prasad, 2005, p. 36). Há, ainda, o caso das Testemunhas de Jeová, cujos elementos recusam, todos eles, o serviço militar obrigatório. “Eles recusam-se a reconhecer a superioridade do estado e consideram os seus homens «ordenados» e isentos do serviço militar. Eles clamam a isenção não enquanto objectores de consciência mas como ministros. Como consequência muitos deles enfrentam penas de prisão de várias durações. Durante a minha pesquisa sobre serviço militar obrigatório não fui capaz de obter números exactos, mas estou certo que em alguns países a maioria dos objectores de consciência presos eram testemunhas de Jeová” (Prasad, 2005, p. 46).

Na nossa opinião, todo este enquadramento religioso da não-violência foi utilizado por Prasad (2005) para demonstrar o ecletismo inerente à fundação da WRI e ao seu objectivo de congregar todo o movimento pacifista sob a sua alçada. Prasad (2005) alerta, ainda, para a existência de vários grupos pacifistas ao longo da história. Durante a Idade Média existiram diversos grupos como os Waldenses ou os Moravian Brethen, tal como existiu o grupo pacifista dos Anabaptistas durante o século XVI. O século XIX e o início do século XX, segundo Prasad (2005), assistiram à emergência de várias organizações pacifistas como a Fellowship of Reconciliation ou a Women’s International League for Peace and Freedom. Todo este enquadramento, relativo ao surgimento de organizações pacifistas, comprova que a WRI não foi pioneiro nestes ideais e que surgiu com base em outras organizações. Atente-se, ainda, que Runham Brown quando, em 1923, escreveu uma carta dirigida aos objectores de consciência e aos pacifistas espalhados pelo mundo, a grande parte deles já estavam ligados a organizações pacifistas. Segundo Prasad (2005), a existência de contactos destas pessoas, que veio a contribuir para o crescimento da WRI, deveu-se ao trabalho efectuado por estas organizações.

A informação recolhida mostrou-nos, ainda, que a WRI tem uma componente ideológica bastante vincada. “A WRI é antes de tudo um movimento de liberdade. Trabalhamos para o direito do homem à liberdade: liberdade de viver sem fome, guerra,

peste: a liberdade de viver sem exploração económica, social, racial e cultural: liberdade para o homem se expressar e desenvolver todos os seus poderes como um ser humano criativo: liberdade para desenvolver a sua capacidade social, muitas vezes apertada e distorcida por estruturas autoritárias, que permita aos homens viver em comunidade e elevarem-se acima do egoísmo” (Prasad, 2005, p. 384). A citação anterior apresenta a WRI como um movimento social que não se limita apenas a lutar contra a guerra, mas que procura uma sociedade livre, onde o homem possa, livremente, desenvolver as suas capacidades. Prasad (2005) descreve que o movimento como uma comunidade global, onde o imperialismo e o colonialismo podem dar lugar à liberdade. A WRI, assim pensamos, vai muito para além das fronteiras de um movimento de protesto, reflectindo, de forma clara, objectivos de mudança social global e procurando uma solução que envolva todas as partes. A educação é outra das preocupações deste movimento social, que se opõe ao ensino dos valores do nacionalismo, baseados na disciplina militar. “O lema *o meu país bem ou mal* tornou-se parte da educação das crianças” (Prasad, 2005, p. 26). Apesar de, como vimos, se intitular como um movimento de liberdade, a maior luta da WRI centra-se na abolição do serviço militar obrigatório e na promoção da objecção de consciência. “A WRI opõe-se a todas as guerras, porque acreditamos que a guerra é um crime contra a humanidade. Nós vemos a objecção de consciência não só como um direito humano, mas como uma forma de resistência à guerra e militarismo” (<http://www.wri-irg.org/>). A total oposição à guerra leva o movimento, no seu sítio da Internet (<http://www.wri-irg.org/>), a referir-se à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como a maior máquina de guerra do mundo, aquela que mais perdas e sofrimento provoca. “Podes chamar-nos utópicos, mas utopia é o nome dado àquelas ideias que amanhã serão realidade” (Prasad, 2005, p. 285). Na nossa opinião esta frase reflecte aquilo que é a ideologia defendida pela WRI, que passa pela revolução pacífica das estruturas que sustentam a vida do homem.

A breve informação que encontrámos sobre a percepção da importância que a acção para a WRI concentra-se no livro de Clark, Gárate e Sheenhan (2010), onde se refere que a acção colectiva é o momento ideal para o movimento atrair aliados, dar poder às pessoas, permitindo que as suas posições sejam consideradas.

“A solidariedade com os nossos colegas é muito importante nestas situações, como o é criar um espaço onde possamos dissecar e enfrentar os nossos sentimentos. Inclusive os que parecem muito seguros podem ter preocupações que necessitam de reconhecer e enfrentar” (Clark et al., 2010, p. 68). A informação que recolhemos referente à formação de uma identidade mostra-nos que esta é encarada como fundamental para a existência de

confiança e para a agregação das pessoas pertencentes ao movimento. Clark et al. (2010) apontam, ainda, para a importância do respeito pelas diferenças nas opiniões no seio do grupo.

Finalizada a apresentação, análise e discussão de resultados, passamos, agora, a apresentar as conclusões finais do nosso trabalho.

CONCLUSÃO

As conclusões, que ora apresentamos, são o resultado de um estudo que visou explorar a War Resisters' International (WRI). Por ser um estudo exploratório, baseado num *corpus* limitado, é preciso ter alguma precaução na análise dos resultados obtidos. Porém, tal precaução, não significa que estes resultados não sejam considerados numa futura leitura do fenómeno ou num futuro estudo a ser elaborado.

A primeira grande ideia que retiramos da elaboração deste trabalho tem a ver com a classificação da WRI. A WRI é um movimento transnacional que junta, no seu interior, diversos movimentos pacifistas, provenientes de todo o mundo, tendo as suas culturas e formulando as suas concepções. A integração na WRI implica a subscrição da sua declaração, porém cada movimento traça o seu caminho e define as suas prioridades. Prasad (2005) referiu isto mesmo, sublinhando a consciência que Runham Brown tinha das diferentes ideias de pacifismo existentes. Tal como o nome indica, a WRI é uma internacional que pretende unir os movimentos pacifistas do mundo.

De acordo com o enquadramento teórico elaborado, concluímos que há três teorias fundamentais na análise dos movimentos sociais. A Teoria da Mobilização de Recursos aborda, essencialmente, as questões ligadas à organização do movimento, reflectindo sobre as formas de recrutamento, sobre o modo se obtém o financiamento para o desenvolvimento das actividades dos movimentos sociais, sobre as estruturas hierárquicas que sustentam estes movimentos e sobre o seu repertório e a forma se preparam para a acção colectiva. Por sua vez, a Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas diz respeito à relação dos movimentos sociais com o meio político e com o público em geral, às oportunidades que esse meio proporciona e aos constrangimentos que impõe, aos aliados que os auxiliam a alcançar os seus objectivos e aos adversários que dificultam a sua actividade. Por fim, a Teoria do Processo de Enquadramento Cultural, que se debruça sobre a importância do contexto para os movimentos sociais, que procura reflectir sobre a sua ideologia e sobre a forma como incrementa o espírito de grupo e quais os símbolos que os distinguem. Visa, ainda, estudar a forma como os movimentos sociais percebem os acontecimentos e os transformam, levando a que os seus elementos tenham uma opinião de acordo com as ideias do movimento.

No que concerne ao caso específico da WRI, a Teoria da Mobilização de Recursos e a Teoria do Processo de Enquadramento Cultural foram as teorias que mais contribuíram para a caracterização da internacional pacifista, enquanto a Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas se revelou menos importante, ainda que tenhamos apurado algumas informações relevantes.

À luz da Teoria da Mobilização de Recursos percebemos que os participantes da WRI vêem a adopção da não-violência como característica das suas acções. Enquanto alguns tomam a não-violência como filosofia de vida, outros utilizam-na como meio para atingir o seu fim. Apesar de defenderem a não-violência e da integração na WRI estar sujeita à aceitação da sua declaração (“A guerra é um crime contra a humanidade. Assim, comprometo-me a não apoiar qualquer tipo de guerra, e a lutar pela irradicação de todas as suas causas”), deve-se ter em atenção, tal como Clark et al. (2010) referiram que a não-violência pode misturar o diálogo com resistência activa, não-cooperação e desobediência civil, levando a que estes activistas coloquem em causa a ordem pública ou que, pelo menos, lesem os direitos das outras pessoas. Concluímos, então, que tendo objectivos pacifistas, os elementos da internacional pacifista podem caracterizar-se por uma conduta algo violenta, lesiva dos direitos das outras pessoas.

Concluiu-se, também, que a WRI utiliza três formas distintas de financiamento: os donativos, que qualquer pessoa pode fazer ao movimento, a venda, no seu sítio da Internet, de publicações e produtos sobre a sua história, sobre os seus ideais e sobre as experiências de vários activistas ao longo de quase 90 anos de vida do movimento e as quotas de filiação, que cada organização filiada paga ao movimento.

No que concerne à divisão de tarefas, a constituição da WRI é clara na atribuição dos papéis existentes. Destaca-se, aqui, a importância da Conferência Internacional, que reúne, de quatro em quatro anos, todas as organizações associadas ao movimento, e o Comité Executivo, que é responsável por toda a organização da WRI. Deve, ainda, assinalar-se que o *staff* da WRI, segundo o descrito na sua constituição, deve dominar várias línguas, deve ser composto por elementos de vários países e a sua composição deve ser repartida entre géneros. Esta organização formal do movimento reflecte-se, igualmente, nas suas acções colectivas. Segundo Clark et al. (2010) existe uma clara preocupação, por parte da organização das acções colectivas, em definir os papéis que vão desempenhar os vários elementos no antes, no durante e no após manifestação, nomeadamente quem vai ficar encarregue de distribuir os folhetos do movimento, quem se vai encarregar do protesto propriamente dito e quem entrará nas acções de desobediência civil, caso estas sucedam.

A WRI caracteriza-se, quanto ao modo, pela sua presença, entre organizações afiliadas e organizações e publicações associadas, em cerca de 50 países, espalhados por todo o mundo. Pela informação analisada, e de encontro ao que já concluímos, voltamos a assinalar que a WRI é um movimento à escala global composto por diversos grupos pacifistas, que se distinguem pelas diferentes culturas, pelas diferentes experiências, podendo reflectir-se na forma como abordam a acção colectiva. Ainda sobre a informação do modo, destaca-se a importância que os grupos de afinidade têm na participação na acção colectiva. A internacional pacifista é, também, constituída por esses pequenos grupos de pessoas que têm afinidade entre elas, que conhecem os seus limites e capacidades e que tomam decisões em conjunto sobre a sua participação nas acções do movimento. Estes grupos de afinidade operam com base na confiança existente entre os seus elementos. A existência destes grupos realça, também, que o recrutamento do movimento assenta nas relações de proximidade dos activistas com outras pessoas, procurando-se integrar no movimento pessoas que sejam suas conhecidas e em quem tenham a máxima confiança.

A preparação da acção colectiva revelou-se, também, uma característica deste movimento transnacional. Pela informação analisada foi-nos possível descobrir que esta internacional possui um conjunto de exercícios destinados à preparação das acções de grupo, visando, sobretudo, o aumento das capacidades de grupo e da confiança dos seus elementos. Este fortalecimento das capacidades do grupo permite aos activistas estarem preparados para lidar com a Polícia, permite-lhes aprender a cativar a atenção do público em geral e ensina-os a capitalizar a atenção dos *media*.

No que ao repertório diz respeito, a informação analisada mostra-nos que a WRI se caracteriza pela variedade das suas acções, não se limitando às acções de protesto. Como Prasad (2005) descreveu, a WRI, ao longo da sua história, tem dado apoio a muitos objectores de consciência espalhados pelo mundo na luta pelo reconhecimento do direito de renunciar ao serviço militar obrigatório. Além deste apoio, a WRI ajudou a fornecer mantimentos a populações atingidas pela guerra e ajudou muitas pessoas a fugirem dela. Há, ainda, a referir a participação da WRI em projectos que visam a reconstrução de comunidades afectadas por guerras. Porém, caracteriza-se, igualmente, pelo recurso a acções de protesto, que, no seu caso, se traduzem na organização de manifestações, vigílias e marchas pela paz. As acções de desobediência civil, nomeadamente o bloqueio de vias-de-comunicação são, também, referidas como fazendo parte do repertório da WRI. São estas acções directas, pela interferência nos direitos dos cidadãos e por colocarem em risco

a ordem pública, que podem levar ao confronto com a Polícia e que nos levam a não aceitar a designação de movimento pacifista, no que diz respeito aos meios utilizados.

À luz da Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas, há três ideias fundamentais a reter: a forma como a WRI lida com os *media*, o modo como vê a Polícia e os momentos que escolhe para desenvolver as suas acções. Os *media* são tomados como o meio de o movimento conseguir chamar a atenção das outras pessoas para a sua causa, aumentando, dessa forma, a sua projecção. Clark et al. (2010) defendem que os movimentos devem-se aproveitar das notícias e da projecção dos *media* para desenvolverem a sua acção, fazendo, eles mesmo, a notícia. No sentido oposto, a Polícia é encarada como o inimigo dos movimentos sociais e como a castradora das suas acções. Os momentos escolhidos pela WRI para o desenvolvimento das suas acções caracterizam-se, sobretudo, pelo mediatismo, procurando-se aproveitar uma decisão política, uma divulgação de dados referentes aos gastos com a guerra ou um grande evento político para divulgar a causa do grupo.

Por sua vez, a Teoria do Processo de Enquadramento Cultural revela-nos, quanto à natureza cultural, a importância dada ao contexto religioso. A referência que Prasad (2005) faz às religiões espalhadas pelo mundo e às suas referências ao pacifismo demonstram o carácter eclético que a WRI tem, procurando a reunião de todos os pacifistas para a sua causa. Relativamente à ideologia, a WRI assume-se como um movimento pacifista, que pretende libertar o homem de qualquer forma de imperialismo e colonialismo, cuja guerra é o sinal mais visível. A oposição total à guerra traduz-se, paralelamente, na luta pelo reconhecimento do direito à objecção de consciência como direito humano. Destaca-se, também, a oposição à educação baseada em valores nacionalistas, assentes na cultura militar. Os valores do pacifismo e da não-violência levam o movimento a considerar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como a maior máquina de guerra do mundo, como aquela que mais mortes e sofrimentos causa. O espírito de grupo, segundo Clark et al, (2010) e na linha do ecletismo que Prasad (2005) atribui ao movimento, assenta no respeito pela variedade das opiniões dos activistas e pela solidariedade entre eles. Esta união é bastante trabalhada nos exercícios de preparação para a acção colectiva, provando a importância que a dimensão emocional tem para o funcionamento da acção de protesto. A WRI caracteriza-se, ainda, pelo seu símbolo (vd. Anexo 2). A arma partida pelas mãos representa, de forma fiel, a ideologia do movimento.

No final da descrição da WRI há várias ideias importantes a reter e que implicam directamente com a actuação policial. A WRI é um movimento transnacional bastante

organizado e muito bem preparado para a acção colectiva. Apesar de se afirmar como um movimento não-violento, recorre à desobediência civil na prossecução dos seus objectivos. Considera a Polícia como inimigo. Perguntar-se-á: qual o papel a desempenhar pela Polícia?

À Polícia, enquanto legítima representante do poder coercivo do Estado e no que às acções de protesto desenvolvidas pelos movimentos sociais diz respeito, cabe garantir que o protesto não viola a ordem pública e assegurar que esse protesto é efectuado com respeito pelos direitos dos manifestantes. Esta protecção dos direitos não se deve limitar ao dia da manifestação ou à detenção dos que optam pela desobediência civil. Pensamos que a actuação policial deve privilegiar as informações, garantindo uma maior prevenção e uma adequada afectação de meios. Não menos importante, a Polícia deve ser proactiva e procurar manter contactos regulares com os líderes dos movimentos, estabelecendo compromissos e criando confiança no outro lado. Pensamos que esta aposta tornaria mais fácil a actuação policial.

REFERÊNCIAS

Livros

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bessa, A. M. (2002). *Elites e movimentos sociais*. Lisboa. Universidade Aberta.

Blumer, H. (1995). Social movements. In S. Lyman (Ed.), *Social movements critiques, concepts, case-studies* (pp. 60-83). London: Macmillan Press.

Caetano, M. (1990). *Manual de direito administrativo* (Vol. 2, 10ª ed.). Coimbra: Almedina.

Chazel, F. (1995). Movimentos sociais. In R. Boudon (Dir.), *Tratado de sociologia* (pp.259-306). Porto: Edições ASA.

Clark, H., Gárate, J., & Sheehan J. (2010). *Manual para campanhas não violentas*. War Resisters' International.

Clemente, P. J. L. (1998). *Da polícia de ordem pública*. Massamá: Gazela - Artes Gráficas.

Crawshaw, R., Devlin B., & Williamson, T. (1998). *Human rights and policing: Standards for good behaviour and a strategy for change*. Cambridge: Kluwer Law International.

D'Oliveira, T. (2005). *Teses e dissertações: Recomendações para a elaboração e estruturação de trabalhos científicos* (2ª ed.). Lisboa: RH.

della Porta D., & Tarrow, S. (2005). Transnational protest and social activism: An introduction. In D. della Porta, & S. Tarrow (Eds.), *Transnational protest and global activism* (pp. 1-21). Rowman & Littlefield Publishers.

della Porta, D. (1996). Social movements and the state: Thoughts on the policing of protest. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative*

perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings (pp.62-92). Cambridge: Cambridge University Press.

della Porta, D. (2003). *Introdução à ciência política* (1ª ed.). Lisboa: Estampa.

della Porta, D., & Diani, M. (1999). *Social movements: An introduction*. Oxford: Blackwell Publishing.

Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (1994). Entering the field of qualitative research. In N. K. Denzin, & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp.361-376). Thousand Oaks: Sage.

Fernandez, L. A. (2008). *Policing dissent: Social control and the anti-globalization movement*. Piscataway: Rutgers University Press.

Ferreira, M. M. (2005). Princípios fundamentais porque se deve pautar a acção policial num Estado de direito democrático. In G. M. Silva, & M. M. G. Valente (Coords.), *Volume comemorativo dos 20 anos do ISCPSI* (pp.147-160). Lisboa: Almedina.

Gamson, W. A., & Meyer, D. S. (1996) Framing political opportunity. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.275-290). Cambridge: Cambridge University Press

Ghiglione, R., & Matalon, B. (1992). *O inquérito: Teoria e prática* (4ª ed.). Oeiras: Celta.

Giugni, M., McAdam, D., & Tilly, C. (1999). *How social movements matter*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Klandermans, B., & Goslinga S. (1996). Media discourse, movement publicity, and the generation of collective action frames: Theoretical and empirical exercises in meaning construction. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.312-337). Cambridge: Cambridge University Press.

Kriesi, H. (1996). The organizational structure of new social movements in a political context. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative*

perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings (pp.152-184). Cambridge: Cambridge University Press.

Krippendorff, K. (1980). *Content analysis: An introduction to its methodology*. Newbury Park, CA: Sage.

Le Bon, G. (1896). *The crowd a study of the popular mind*. Batoche Books Kitchner

McAdam, D. (1996). Conceptual origins, current problems, future directions. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.23-40). Cambridge: Cambridge University Press.

McCarthy, J. D. (1996). Constraints and opportunities in adopting, adapting, and inventing. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.141-151). Cambridge: Cambridge University Press.

McCarthy, J. D., Smith, J., & Zald, M. N. (1996). Accessing public, media, electoral, and governmental agendas. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.291-311). Cambridge: Cambridge University Press.

Melluci, A. (1996). *Challenging codes: Collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.

Miranda, J. (1998). *Manual de direito constitucional* (2ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora.

Oliveira, J. F. (2002). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento* (Vol. 1). Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Olson, M. (2002). *The logic of collective action: Public goods and the theory of groups*. Cambridge: Harvard University Press.

Prasad, D. (2005). *War is a crime against humanity: The story of War Resisters' International*. London: War Resisters' International.

- Raposo, J. (2006). *Direito policial I*. Coimbra: Almedina.
- Reiner, R. (2010). *The politics of the police* (4ª ed). Oxford: Oxford University Press.
- Rey, G. (2000). *Pesquisa qualitativa em psicologia*. São Paulo: Thomson Editores.
- Rucht, D. (1996). The impact of national contexts on social movement structures: A cross-movement and cross-national comparison. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.185-204). Cambridge: Cambridge University Press.
- Scott, J., & Marshall, G. (2005). *Oxford dictionary of sociology*. Oxford: Oxford University Press.
- Silva, G. M. (2001). *Ética e sociedade democrática*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Silva, G. M. (2005). Sociedade e polícia: Questão cultural, desafio ético. In G. M. Silva, & M. M. G. Valente (Coords.) *Volume comemorativo dos 20 anos do ISCP* (pp.89-100). Lisboa: Almedina.
- Smelser, N. (1965). *Theory of collective behavior* (3ª ed). New York: The Free Press.
- Tilly, C. (1978). *From mobilization to revolution*. Michigan: Center for Research on Social Organization University of Michigan.
- Tilly, C., & Wood, L. J. (2008). *Social movements: 1768-2008* (2ªed.). London: Paradigm Publishers.
- Vala, J. (1999). A análise de conteúdo. In A. Silva, & J. Pinto (Eds), *Metodologia das ciências sociais* (10ª Edição) (pp 101-128). Lisboa: Edições Afrontamento.
- Valente, M. M. G. (2009). *Teoria geral do direito policial* (2ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura (1967). Tomo 5. Lisboa: Editorial Verbo.
- Waddington, D. P. (2007). *Policing public disorder: Theory and practice*. Cullompton: Willan Publishing.

Teses, dissertações ou trabalhos de projecto

Fernandes, T. (2009). *O contributo das incivilidades para o sentimento de insegurança: A prostituição de rua e a actuação da Polícia de Segurança Pública*. Monografia de Licenciatura, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Leal, T. (2011). *O contributo das incivilidades para o sentimento de insegurança: O fenómeno da toxicodependência*. Dissertação de Mestrado, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Martins, R. (2009). *A delinquência juvenil contada por ambos os géneros: Estudo qualitativo sobre o crime, a violência e a mudança*. Dissertação de Mestrado, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Pais, L. G. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores*. Tese de doutoramento, não publicada. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Ramos, A. (2009). *“Porque ninguém neste mundo é perfeito!” Um estudo sobre a delinquência juvenil*. Dissertação de Mestrado, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Artigos Científicos

Bernstein, M. (2005). Identity politics. *Annual Reviews Sociology*, 31, 47-74.

Edmonds-Cady, C. (June 2009). Getting to the grassroots: Feminist standpoints within the welfare rights movement. *Journal of Sociology & Social Welfare*, 36 (2), 11-33.

Lakens, D., & Stel, M. (2011). If they move in sync, they must feel in sync: Movement synchrony leads to attributions of rapport and entitativity. *Social Cognition*, 29 (1), 1-14.

- Louis, W. R. (2009). Collective action: And then what? *Journal of Social Issues*, 65 (4), 727-748.
- Marri, A. R., & Walker, E. N. (2008). "Our leaders are us": Youth activism in social movements project. *Urban Review*, 40, 5-20.
- Mars, M. M. (September 2009). Student entrepreneurs as agents of organizational change and social transformation: A grassroots leadership perspective. *Journal of Change Management*, 9 (3), 339-357.
- McCarthy, J. D., & Zald, M. N. (1977). Resource mobilization and social movements: A partial theory. *The American Journal of Sociology*, 82 (6), 1212-1214.
- Meyer, D. S., & Minkoff, D. C. (June 2004). Conceptualizing political opportunity. *Social Forces*, 82 (4), 1457-1492.
- Simon, B., Trotschel, R., & Dahne, D. (2008). Identity affirmation and social movement support. *European Journal of Social Psychology*, 38, 935-46.
- Sturmer, S., & Simon, B. (2009). Pathways to collective protest: Calculation, identification, or emotion? A critical analysis of the role of group-based anger in social movement participation. *The Society for the Psychological Study of Social Issues*, 65 (4), 681-705.
- Tarrow, S. (1996). States and opportunities: The political structuring of social movements. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.41-61). Cambridge: Cambridge University Press.
- van Stekenlenburg, J., Klandermans, B., & van Dijk, W. W. (2009). Context matters: Explaining how and why mobilizing context influences motivational dynamics. *Journal of Social Issues*, 65 (4), 815-838.
- Zackariasson, M. (2009). Angry young men? Masculinities and emotion among young male activists in the global justice movement. *The Journal of Men's Studies*, 17 (1), 31-46.
- Zald, M. N. (1996). Culture, ideology, and strategic framing. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements:*

Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings (pp.261-274).
Cambridge: Cambridge University Press.

Sítios da Internet

<http://www.wri-irg.org/> (Consultado em 24 de Março de 2012)

ANEXOS

ANEXO 1 – Exemplos de análise de conteúdo temática

Pré-categoria A. - Mobilização de Recursos – nesta pré-categoria insere-se a informação que demonstra a importância de uma estrutura que utilize eficazmente os meios disponíveis.

Categoria A.1. - Participação – Codifica-se nesta categoria a informação que concerne ao tipo de participantes e ao seu recrutamento.

Subcategoria A.1.1. – Participantes – Nesta subcategoria apresenta-se a informação que caracteriza os membros do grupo e simpatizantes.

(exemplo – “As pessoas têm diferentes razões para adotar a não-violência. Alguns defendem-na porque a vêem como técnica efectiva para conseguir mudanças sociais, outros, porque querem fazer da não violência um modo de vida. Há um espectro amplo com uma gama de posturas”.) (Clark et al., 2010, p. 13).

Subcategoria A.1.2. – Recrutamento – Codifica-se a informação relativa aos métodos utilizados pelo grupo para alargar a sua base de apoio (militantes e simpatizantes).

(exemplo – “A WRI oferece emprego. A War Resisters’ International está à procura de um trabalhador (a tempo inteiro) para o programa Right to Refuse to Kill. O trabalhador do RRTK compartilhará a responsabilidade de organizar o trabalho do escritório internacional da WRI e terá a responsabilidade específica para a execução de trabalho internacional na WRI sobre a objecção de consciência e sobre o recrutamento militar. São exigidos um compromisso com o pacifismo, bons conhecimentos de informática e competências linguísticas. Salário: 23,296.68 por ano. Prazo para candidaturas: 01 de Abril 2012. Data de início: 01 de setembro de 2012”.) (<http://www.wri-irg.org/>).

Categoria A.2. - Organização – Esta categoria engloba a informação respeitante a toda estrutura do movimento social e o seu funcionamento.

Subcategoria A.2.1. – Financiamento – Insere-se a informação sobre os processos de financiamento do grupo (donativos, alienação, prestação de serviços, atividades criminosas, atividades recreativas / culturais, etc.).

(exemplo - “Faça um donativo! A WRI depende dos donativos para levar a cabo a sua tarefa. Envie um donativo à WRI, para apoiar o nosso trabalho contra a guerra e o militarismo”) (<http://www.wri-irg.org/>).

Subcategoria A.2.2. – Divisão de tarefas (quem manda vs. quem trabalha) – Nesta subcategoria encontra-se a informação sobre a estrutura hierárquica do movimento.

(exemplo - “De acordo com a constituição da WRI o Conselho tinha 12 membros eleitos, um presidente eleito e um tesoureiro nomeado pelo Conselho Internacional”) (Prasad, 2005, p. 254).

Subcategoria A.2.3. – Modo – Encontra-se nesta subcategoria a informação sobre a maneira como o movimento se encontra organizado (tipo de estrutura, ramificações).

(exemplo - “Os grupos de afinidade utilizaram-se de maneira construtiva nas acções massivas contra a globalização, nos Estados Unidos (Seattle, 1997), em protestos anti-nucleares na Europa e América do Norte (iniciados nos anos 70), e em outras grandes e pequenas acções de protesto não-violento em muitos países”) (Clark et al., 2010, p. 75).

Subcategoria A.2.4. – Repertório – Codifica-se a informação que define a forma de ação do movimento social.

(exemplo - “A não-violência pode combinar a resistência activa, incluindo a desobediência civil, com o diálogo; pode combinar a não-cooperação – retirar o apoio a um sistema de opressão – com o trabalho de construir alternativas positivas”) (Clark et al., 2010, p. 35).

Subcategoria A.2.5. – Preparação para a acção colectiva – Categoriza-se a informação relativa ao treino do movimento para o protesto.

(exemplo - “Basicamente, os treinos de não-violência ajudam a criar um lugar seguro para experimentar e desenvolver ideias novas ou para analisar e avaliar experiências”). (Clark et al., 2010, p. 16).

Categoria A.3. - Sucesso político – Nesta categoria encontra-se a informação que demonstra a importância dos resultados e a sua concretização para o crescimento do movimento social. (Exemplo – Não obtivemos qualquer informação.)

Pré-categoria B. - Oportunidades Políticas – codifica-se a informação respeitante à importância dos fatores políticos exógenos para o movimento social e a interação destes com esse meio.

Categoria B.1. - Oportunidades – Nesta categoria codifica-se a informação que diz respeito à interpretação, percepção e criação de possibilidades de êxito do movimento social.

(exemplo – “Tenta «apoiar-te» em notícias mais importantes se podes relacioná-las com a actividade da campanha. Por exemplo se um governo ou um famoso fazem uma afirmação sobre o teu campo em geral, escreve um comunicado de imprensa nesse mesmo dia com a resposta do teu grupo”). (Clark et al., 2010, p. 54).

Categoria B.2. - Constrangimentos – Codifica-se nesta categoria a informação relativa aos obstáculos que o movimento social enfrenta.

(exemplo - “No entanto, a severidade da lei francesa no que respeita ao serviço militar é uma grande dificuldade para a formação de movimentos de resistentes à guerra”). (Prasad, 2005, p. 104).

Categoria B.3. - Sistema político – Insere-se a informação respeitante à envolvência do movimento no meio político.

Subcategoria B.3.1. – Aliados – Introduce-se nesta subcategoria informação relativa às alianças entre movimentos sociais e outros atores da vida política.

(exemplo - “Na primeira convenção da Sociedade das Nações, o presidente Wilson propôs tornar o serviço militar obrigatório ilegal em todos os países associados”). (Prasad, 2005, p. 107).

Subcategoria B.3.2. – Adversários – Codifica-se nesta subcategoria a informação que diz respeito aos opositores do movimento.

(exemplo – “A oposição é formada pelo governo com as suas agências como a polícia e o exército”). (Clark et al., 2010, p. 64).

Subcategoria B.3.3. – Público em geral – Insere-se a informação que diz respeito à interpretação que a sociedade faz da mensagem do movimento.

(exemplo - “O terceiro grupo é formado pelos que não se envolvem directamente na luta: o público em geral e a maioria das pessoas de outros países. As pessoas podem passar de estar entre os terceiros a serem activistas, e vice-versa, como consequência das suas intervenções”). (Clark et al., 2010, p.64).

Subcategoria B.3.4. – Modalidades de ação – Codifica-se a informação respeitante ao modo como o movimento desenvolve a sua ação (junto do meio político). (Exemplo – Não obtivemos qualquer informação.)

Pré-categoria C. - Processo de Enquadramento Cultural – nesta pré-categoria insere-se a informação sobre a preponderância do contexto para o movimento social.

Categoria C.1. - Natureza cultural – Codifica-se a informação que diz respeito ao contexto e à sua importância para a definição das características do movimento social (ambiente, significados, preocupações que motivam os ativistas, arena onde se desenvolve a ação coletiva).

(exemplo - “A War Resisters’ International (WRI) foi fundada em Bilthoven, Holanda, em 1921. Foi uma de várias organizações formadas em resposta à situação assustadora criada pela Primeira Guerra Mundial”). (Prasad, 2005, p. 23).

Categoria C.2. - Componente ideológica – Nesta categoria insere-se a informação relativa ao posicionamento ideológico do grupo (conjunto de normas, valores, crenças, que regem a vida em sociedade, conjunto de ideias através das quais um grupo social percebe o mundo).

(exemplo - “A guerra é um crime contra a humanidade. Assim, comprometo-me a não apoiar qualquer tipo de guerra, e a lutar pela irradicação de todas as suas causas”). (<http://www.wri-irg.org/>).

Categoria C.3. - Dimensão emocional – Nesta categoria introduz-se a informação que abarca a preponderância da emotividade para a participação do movimento social.

Subcategoria C.3.1. – Sentimento de injustiça – Insere-se informação sobre a importância que as pessoas atribuem às iniquidades a que são sujeitas, para participarem no movimento social. (Exemplo – Não obtivemos qualquer informação.)

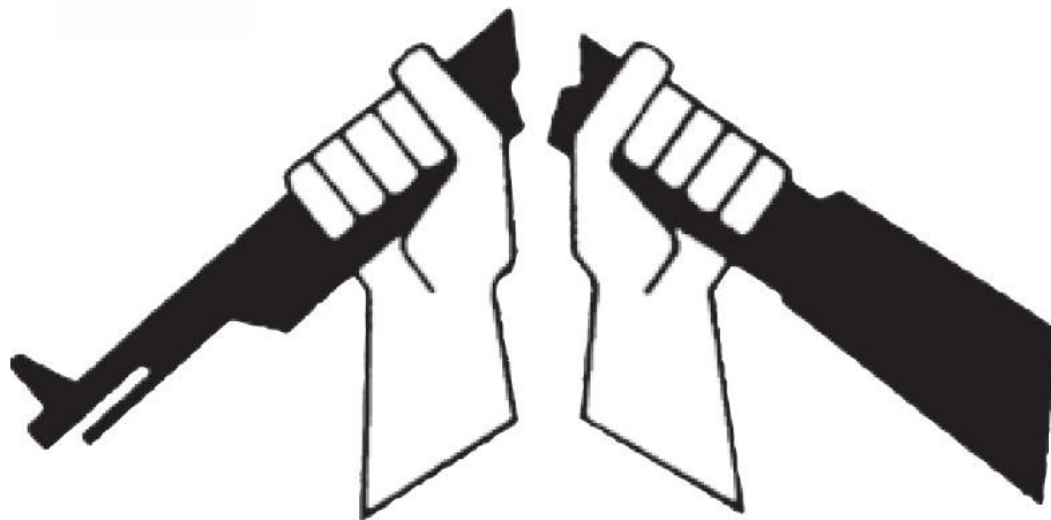
Subcategoria C.3.2. – Importância da ação – Esta subcategoria compreende a informação relativa à percepção de que a ação pode solucionar o problema.

(exemplo - “As campanhas criativas são a chave para explorar o potencial da não-violência”.) (Clark et al., 2010, p. 38).

Subcategoria C.3.3 – Identidade – Insere-se a informação relativa à formação do espírito de grupo do movimento.

(exemplo - “Qualquer questão que toque convicções profundas dos membros do grupo deve ser tratada com respeito pelas diferenças, procurando, não tanto estabelecer a posição do grupo, mas compartilhar percepções e perspectivas”.) (Clark et al., 2010, p. 20).

Anexo 2 – Símbolo da War Resisters' International



Fonte: <http://www.wri-irg.org/> (consultado em 07 de Abril de 2012)